

“PASSANDO A BOIADA”

O segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro

Janeiro de 2021



OBSERVATÓRIO
DO CLIMA

SUMÁRIO

1	DESGOVERNANÇA	3
1.1	“Ir passando a boiada”	3
1.2	Atropelo no Conama	5
1.3	Colegiados aparelhados	5
1.4	Amazônia militarizada	6
1.5	Censura, intimidação e perda de transparência	7
1.6	Opção pela não política pública: orçamento	8
1.7	Opção pela não política pública: fundos	11
2	DESPROTEÇÃO	14
2.1	Nova queda em multas	14
2.2	Ibama submetido ao Exército	15
2.3	Perseguição a servidores	16
2.4	Programa Punição Zero	17
2.5	Vista grossa à madeira ilegal	18
2.6	Grilagem municipalizada	19
2.7	Óleo no Nordeste: um ano depois	19
3	CONSEQUÊNCIAS	21
3.1	Desmatamento em alta	21
3.2	Queimadas no Pantanal	23
3.3	Invasões de terras indígenas	24
3.4	Covid nas aldeias e recusa de socorro	25
3.5	Ativistas assassinados	26
3.6	Ameaças de boicote	26
4	CLIMA: DE PROTAGONISTA A PÁRIA	29
4.1	2020: meta perdida	29
4.2	2030: NDC sem ambição	30
5	PARANDO A BOIADA	32
5.1	O “Fundão do Salles” morreu no parto	32
5.2	O fim silencioso do fundo do BID	32
5.3	Processos no STF	32
5.4	Porteira no Conama	33
5.5	Porteira na Mata Atlântica	33
6	O QUE VEM POR AÍ EM 2021	34
6.1	Áreas protegidas	34
6.2	“Regularização” fundiária	35
6.3	Licenciamento ambiental	35
6.4	Mineração em terras indígenas	36
6.5	Ameaças aos dados de desmatamento	36
6.6	Ameaças ao Código Florestal	37
6.7	Outros temas	37
7	CONCLUSÃO	38

1. DESGOVERNAÇA

1.1 “Ir passando a boiada”

O segundo ano da administração de Jair Bolsonaro foi marcado na área ambiental pelo aprofundamento de medidas adotadas a partir de 2019 para eliminar regulamentações, por um lado, e abdicar da gestão ambiental, por outro. Ao mesmo tempo em que desmonta a governança ambiental construída desde a Constituição de 1988, o governo se recusa a fazer política pública, como ficará evidenciado adiante pelos números da execução orçamentária do Ministério do Meio Ambiente.

Nada resume melhor esse modo de operação, nem a ética (ou falta dela) que o pauta, do que a célebre intervenção do ministro Ricardo Salles na reunião ministerial de 22 de abril, cuja gravação foi tornada pública em maio por ordem do Supremo Tribunal Federal (STF). Salles afirmou na ocasião:



“A oportunidade que nós temos, que a imprensa tá nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas, que o mundo inteiro... nessas viagens [a] que se referiu o Onyx [Lorenzoni] certamente cobrou dele, cobrou do Paulo [Guedes], cobrou da Teresa [Cristina], do Tarcísio [de Freitas], cobrou de todo mundo... da segurança jurídica, da previsibilidade, da simplificação, **GRANDE PARTE DESSA MATÉRIA SE DÁ EM PORTARIAS E NORMAS DOS MINISTÉRIOS QUE AQUI ESTÃO, INCLUSIVE O DE MEIO AMBIENTE.** E que são muito difíceis, e nesse aspecto eu acho que o Meio Ambiente é o mais difícil de passar qualquer mudança infralegal em termos de instrução normativa ou portaria, porque **TUDO QUE A GENTE FAZ É PAU NO JUDICIÁRIO NO DIA SEGUINTE.** Então **PRA ISSO PRECISA TER UM ESFORÇO NOSSO AQUI, ENQUANTO ESTAMOS NESSE MOMENTO DE TRANQUILIDADE NO ASPECTO DE COBERTURA DE IMPRENSA, PORQUE SÓ SE FALA DE COVID, E IR PASSANDO A BOIADA.** E ir mudando todo o regramento. E simplificando normas, de Iphan, de Ministério da Agricultura, de Ministério do Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. **AGORA É HORA DE UNIR ESFORÇOS PRA DAR DE BACIADA A SIMPLIFICAÇÃO REGULATÓRIA QUE NÓS PRECISAMOS EM TODOS OS ASPECTOS.** E deixar a AGU... o André (Mendonça) não tá aí, né? **E DEIXAR A AGU DE STAND-BY PRA CADA PAU QUE TIVER, PORQUE VAI TER,** essa semana mesmo nós assinamos uma medida a pedido do Ministério da Agricultura, que foi a simplificação da Lei da Mata Atlântica para usar o Código Florestal, hoje já tá nos jornais

*dizendo que vão entrar com ações judiciais e Ação Civil Pública no Brasil inteiro contra a medida. Então pra isso nós temos de estar com a artilharia da AGU preparada para cada linha que a gente avança ter uma coisa. Mas tem uma lista enorme em todos os ministérios que têm papel regulatório pra simplificar. **NÃO PRECISAMOS DE CONGRESSO.** Porque coisa que precisa de Congresso também, nesse fuzuê que tá aí, nós não vamos conseguir aprovar. **AGORA, TEM UM MONTE DE COISA QUE É SÓ PARECER, CANETA, PARECER, CANETA.** Sem parecer também não tem caneta, porque dar canetada sem parecer é cana. Isso aí vale muito a pena.”*



Como se vê, a receita para o desmonte ambiental, neste primeiro momento, consiste em fazer todas as mudanças possíveis de forma infralegal, sem precisar passar pelo Congresso, onde de fato o governo amargou derrotas em 2020. Segundo **dados do projeto Política por Inteiro**, de janeiro a dezembro de 2020 houve 593 canetadas do governo federal relacionadas a meio ambiente. Na classificação por impacto das normas, 57 determinavam reformas institucionais, 32 eram revisões de regulamentos, 32 promoviam flexibilização, 19 desregulação e 10 eram revogações.

No Ministério do Meio Ambiente, servindo-se do poder da caneta para fazer nomeações, perseguir funcionários e mudar normas – e de colegiados previamente modificados para lhe dar maioria –, o ministro Ricardo Salles atuou para fragilizar ainda mais as salvaguardas ambientais no país. A “boiada” passou em temas que vão desde a flexibilização do controle da exportação de madeira até a tentativa de liberação de petróleo em áreas sensíveis, passando pelo garrote orçamentário, pelo loteamento de órgãos ambientais com policiais militares sem conhecimento técnico e pela proposta de extinção do Instituto Chico Mendes, entre vários outros. Na Agricultura, a falha em aprovar o chamado “PL da Grilagem” (2.633) levou o ministério à criação, por portaria, do programa “Titula Brasil”, que delega aos municípios a titulação de terras públicas ocupadas de forma irregular.

Ao mesmo tempo, a proteção da Amazônia foi terceirizada para os militares, com um custo-benefício negativo, pois houve aumento das queimadas e a continuidade de taxas elevadas de desmatamento. Além disso, o ano terminou com a revelação de planos do vice-presidente da República de avançar sobre o monitoramento do desmatamento feito há 32 anos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), além da proposta de controlar as ONGs ambientais que trabalham com o tema Amazônia.

Houve também erosão de importantes instrumentos de controle social, com a **nomeação de um ruralista** alinhado com o Procurador-Geral da República para a chefia da Quarta Câmara do MPF, que trata de temas ambientais, e o **enfraquecimento da Lei de Acesso à Informação**.

Às ações do Executivo corresponderam reações do Congresso, do Judiciário e da sociedade civil para conter a “passagem da boiada”. O governo terminou o ano com quatro novos processos de grande repercussão no STF por desmonte ambiental. O Supremo impôs derrotas ao Executivo em temas que vão da proteção a povos indígenas (obrigando o governo a fornecer ajuda emergencial contra a Covid-19 nos territórios) à derrubada de decisão do Conama que reduzia a proteção ambiental. O Congresso barrou a chamada MP da Grilagem, a proposta de criação de um fundo de conversão de multas a ser controlado pelo ministro do Meio Ambiente e engavetou o

PL que libera exploração econômica de terras indígenas. A manutenção dessa “porteira” dependerá, em grande medida, da eleição do novo presidente da Câmara.

1.2 Atropelo no Conama

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, passou a ter controle do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) após **decreto** do presidente Bolsonaro que alterou a composição do colegiado, em maio de 2019, reduzindo de 93 para 23 o total de integrantes. Com a **mudança**, o governo aumentou seu peso no conselho em 13%, enquanto os Estados perderam 7% e a sociedade civil, 6% da representação. Governo e setor produtivo passaram a ter a maioria dos votos.

Em setembro de 2020, o Conama aprovou a **revogação** de uma resolução que protegia manguezais e restingas, entre outras medidas que reduziram a proteção ambiental, como a dispensa de licenciamento para empreendimentos de irrigação e a revogação de norma que definia a faixa mínima de distância ao redor de Áreas de Preservação Permanente (APPs) de reservatórios artificiais.

Também foi aprovada uma resolução que permite a queima de lixo tóxico, inclusive resíduos de pesticidas, em fornos de produção de cimento.

A alegação de Salles para a reforma do Conama foi a “falta de eficiência” com o “inchaço” do conselho – argumento falso, já que todas as discussões substantivas eram feitas em câmaras técnicas.

Em novembro, o **STF** restabeleceu parte das normas de proteção. Por unanimidade, o plenário referendou liminares da ministra Rosa Weber para suspender os efeitos da Resolução 500/2020, que revogou três resoluções.

A ministra destacou que a revogação da Resolução 284/2001 viola o artigo 225 da Constituição, que assegura o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao dispensar o licenciamento para empreendimentos de irrigação. Em relação à Resolução 302/2002, que prevê parâmetros, definições e limites de APPs de reservatórios artificiais, a relatora afirmou que sua revogação viola medidas previstas no código florestal (Lei 12.651/2012). Para o STF, a Resolução 303/2002, que protege áreas de dunas, manguezais e restingas, é “plenamente compatível com o direito fundamental ao meio ambiente equilibrado”.

1.3 Colegiados aparelhados

O Conama é apenas um dos colegiados que foram desconfigurados para poderem ser dominados pelo governo. Em abril de 2019, cerca de duas dezenas de comitês e conselhos do Ministério do Meio Ambiente foram extintos como parte do “revogaço” que fechou centenas de colegiados e reduziu a participação da sociedade civil nas instâncias de governo, em todas as áreas. Entre os órgãos extintos que ainda não foram recriados estão o Cofa (Comitê Orientador do Fundo Amazônia) e o CTFA (Comitê Técnico do Fundo Amazônia), cuja estrutura original o ministro do Meio Ambiente se recusa a manter, o que gerou um impasse com os países doadores e paralisou o uso de R\$ 2,9 bilhões. Outros comitês, porém, foram recriados, e agora são controlados pelo governo. É o caso, por exemplo, do Comitê Gestor do Fundo Clima e da Comissão Nacional de Redd+, ambos recriados em novembro de 2019, mas pouco ativos.

O Comitê Gestor do Fundo Clima se reuniu pela primeira vez neste governo em agosto de 2020. Sua composição, que incluía representantes do governo federal, dos Estados e municípios, de trabalhadores rurais e urbanos, do setor privado, da academia e de ONGs ambientais, passou a ser dominado pelo governo (6 membros) e pelo setor privado (5 membros). A representação da sociedade civil, com um membro titular e um suplente, ocorre via FBMC (Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas), um órgão paraestatal, presidido pelo Presidente da República e cujo secretário-executivo é escolhido pelo ministro do Meio Ambiente. Em 22 de outubro, por exemplo, foi aprovada por 10 votos a 1 a destinação de todo o dinheiro não-reembolsável do Fundo Clima em 2020 (R\$ 6,2 milhões) **para um único projeto, o Lixão Zero em Rondônia, Estado governado por um aliado de Jair Bolsonaro, do PSL**. O único voto contrário foi da representante do FBMC, que alegou fragilidade técnica na proposta e falta de aderência aos princípios do Fundo Clima (o setor de resíduos sólidos em Rondônia emite 0,019% do total de emissões brutas do Brasil; o desmatamento em Rondônia emite 3%).

1.4 Amazônia militarizada

“É ALGUÉM LÁ DENTRO [DO INPE] QUE FAZ OPOSIÇÃO AO GOVERNO. ESTOU DEIXANDO MUITO CLARO ISSO AQUI. AÍ, QUANDO O DADO É NEGATIVO, O CARA VAI LÁ E DIVULGA. QUANDO É POSITIVO, NÃO DIVULGA. ENTENDEU?”

General Hamilton Mourão, 15/9

Dois mil e vinte foi o ano em que a gestão da Amazônia foi terceirizada. Em fevereiro, diante de sucessivas demonstrações de incapacidade ou inapetência do Ministério do Meio Ambiente para cuidar das políticas para a região, o governo reativou o Conselho Nacional da Amazônia Legal, estabelecido por Itamar Franco e inativo desde a década de 1990, e entregou sua coordenação ao vice-presidente da República, Hamilton Mourão (PRTB). O conselho foi **designado em abril**, com 19 militares, nenhum representante da academia ou dos governos estaduais, nenhum representante do setor privado ou da sociedade civil, nenhum representante da Funai ou de povos indígenas, nenhum representante do Instituto Chico Mendes ou do Ibama.

Sem orçamento, metas ou planejamento, o conselho passou a assumir publicamente a responsabilidade pelo combate aos ilícitos ambientais na Amazônia, tendo Mourão como seu porta-voz único. Mas criou-se uma situação esdrúxula – e inédita – na gestão ambiental, uma vez que quem comanda os órgãos ambientais e define as políticas para a Amazônia ainda é o ministro do Meio Ambiente. O vice prometeu, por exemplo, que reativaria o Fundo Amazônia, mas a promessa não se cumpriu em 2020, porque quem decide sobre os comitês gestores do fundo (e insiste em não recriá-los) é o ministro do Meio Ambiente. Mourão reina, mas não governa. Com o passar do tempo, ficou claro que sua função se resumiria a uma espécie de relações-públicas do governo em relação às queimadas e ao desmatamento, tentando abrandar críticas principalmente no cenário internacional.

Nada disso impediu o conselho de desenhar um “plano estratégico” para a Amazônia com um conjunto de quase 60 propostas de ação. O documento, divulgado pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, lança mão de teses geopolíticas de seis décadas atrás e de teorias conspiratórias sobre conluio entre ONGs e governos estrangeiros para ampliar o controle militar sobre a região. Fala-se em “integrar políticas públicas” por meio do Conselho da Amazônia para “garantir a soberania” brasileira sobre a região.

O documento propõe, por exemplo, integrar os sistemas de monitoramento da floresta ao Ministério da Defesa, que é citado 22 vezes no plano (o Inpe não é mencionado nenhuma vez). Em mais de uma ocasião, o vice-presidente manifestou a intenção de entregar o monitoramento ao Censipam, um órgão vinculado ao Ministério da Defesa e comandado por militares. Os dados de desmatamento na Amazônia são divulgados desde 1989 (sistema **Prodes**) e 2004 (sistema **Deter**, que em 2015 estreou um sistema com mais resolução, o Deter-B) pelo Inpe, com amplo reconhecimento internacional – o Prodes calcula a taxa oficial de desmatamento a cada ano, e o Deter gera alertas diários principalmente para orientar o trabalho de fiscalização dos órgãos ambientais.

Também se fala no plano em criar um “marco legal” para as ONGs, algo que foi explicitado numa reunião do conselho em novembro (e depois negado por Mourão) com uma proposta de “controlar 100% das ONGs” que atuam na Amazônia e somente permitir que atuem as que estiverem “alinhadas com o interesse nacional”.

O Ibama e o ICMBio são citados apenas uma vez no **plano de Mourão**, num trecho que menciona sua “reestruturação” e eventual “revisão doutrinária”. Também se fala em “revisar” unidades de conservação e terras indígenas. O PPCDAm, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, não é citado nenhuma vez. Maior responsável pela queda de 83% do desmatamento de 2004 a 2012, o PPCDAm na prática está extinto, mas jamais chegou a ser revogado formalmente. Em seu lugar o governo **anunciou em maio uma proposta** de 19 páginas intitulada “Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa”. Sem metas, prazos ou ações específicas, o suposto “plano” lembra uma compilação de discursos do ministro do Meio Ambiente. Jamais foi publicado no Diário Oficial da União, portanto permanece até hoje um documento informal.

1.5 Censura, intimidação e perda de transparência

“NÃO CONSIGO MATAR ESSE CÂNCER EM GRANDE PARTE CHAMADO ONG QUE TEM NA AMAZÔNIA”

Jair Bolsonaro, 4/9

A estratégia de censura, intimidação e espionagem a jornalistas e entidades da sociedade civil foi intensificada em 2020. Reportagem publicada em outubro pelo **jornal O Estado de S.Paulo** revelou que o governo enviou oficiais da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para monitorar as atividades de organizações da sociedade civil do país que participaram da Conferência do Clima de Madri (COP25), em dezembro de 2019. Na ocasião, o governo omitiu do Congresso o elo entre a Abin e os agentes. Em um documento do Ministério das Relações Exteriores enviado a deputados, os oficiais foram identificados como “assessores” da “Presidência da República” e o ofício sugeria que eles estariam envolvidos na rodada de “negociações”.

Ao longo do ano, Jair Bolsonaro retomou ameaças e xingamentos às entidades da sociedade civil. Em uma **live** transmitida por suas redes sociais, em 4 setembro, o presidente sentenciou: “não consigo matar esse câncer em grande parte chamado ONG que tem na Amazônia”. No final do mês, o presidente discursou numa reunião de cúpula sobre biodiversidade e **acusou “algumas ONGs” de “comandar o crime ambiental no Brasil e no exterior”**.

Também em setembro, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, utilizou o *Twitter* para publicar uma série de acusações, entre elas a de suposto “crime de lesa-pátria”, contra Sônia Guajajara, coordenadora da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), rede que atua há 15 anos representando

organizações indígenas no país. Pela rede social, Heleno afirmou, entre outras coisas, que a Apib estaria por trás de sites “cujos objetivos são publicar *fake news* contra o Brasil: imputar crimes ambientais ao presidente da República; e apoiar campanhas internacionais de boicote a produtos brasileiros”. A acusação do crime de lesa-pátria motivou a líder indígena a entrar com uma queixa-crime contra o general.

Em outubro, o secretário-executivo Observatório do Clima, Marcio Astrini, **sofreu uma tentativa de intimidação** do governo federal ao receber uma notificação judicial, a pedido da AGU (Advocacia Geral da União), para que apresentasse explicações a respeito de uma entrevista que concedeu com críticas à atuação de Ricardo Salles. Um **levantamento feito pelo jornalista Rubens Valente** mostrou que a mesma prática foi adotada por Salles contra o cientista Antonio Donato Nobre, pesquisador do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do Inpe, e os jornalistas André Borges, de *O Estado de S. Paulo*, e Cedê Silva, do site *O Antagonista*.

Enquanto tudo isso ocorria, o governo foi aparelhando os órgãos governamentais com agentes da Abin, revelou em dezembro a **Agência Pública**. A reportagem mostrou que pelo menos 15 agentes foram lotados em ministérios como Economia, Infraestrutura, Saúde e Casa Civil. No Ibama, quem ganhou um posto foi **André Heleno Silveira**. Funcionário da Abin, ele foi nomeado chefe da Coordenação de Inteligência de Fiscalização. Silveira não tem nenhuma experiência comprovada na área.

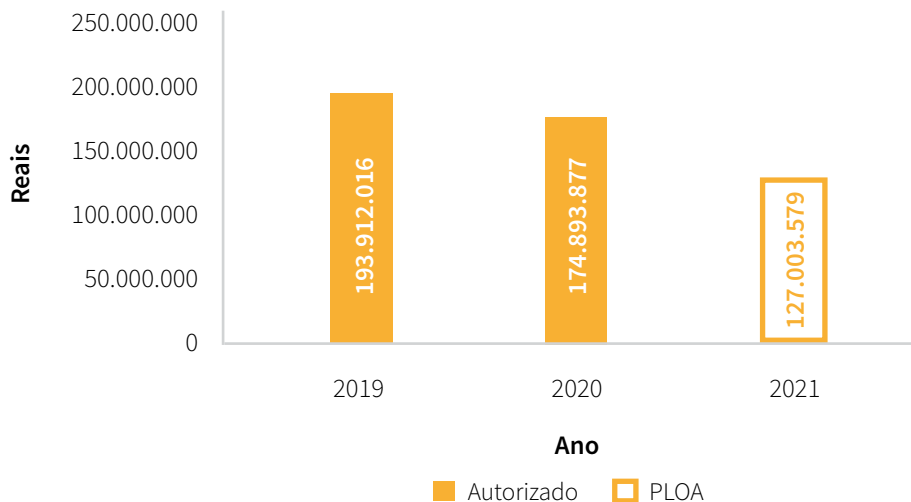
Todos esses movimentos vêm ocorrendo sem que a população tenha o devido acesso às informações. Em 2019, o ministro do Meio Ambiente impôs **censura** à comunicação do Ibama e do ICMBio, desautorizando os órgãos a se comunicar diretamente com a imprensa. Nos primeiros seis meses de 2020 a pasta atendeu, segundo informações do próprio MMA, **menos da metade dos pedidos de jornalistas**. Além disso, em março, Bolsonaro editou uma Medida Provisória suspendendo prazos de respostas via Lei de Acesso à Informação. A medida foi derrubada pelo STF, mas um **levantamento feito pelo deputado Ivan Valente (PSOL-SP)** mostrou que, neste ano, 25 pedidos não foram respondidos dentro do prazo, contra 11 em 2019.

O site do MMA também foi alvo do governo. Em novembro, o **órgão lançou um novo site**, que foi ao ar sem a maior parte das informações, registros e dados históricos disponíveis há anos na página antiga. Estavam lá somente programas da atual gestão da pasta. A mudança pegou de surpresa os servidores, que se depararam com sistemas como o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, atualizado frequentemente por Estados e municípios, apagados do site. Na ocasião, em resposta às manifestações de servidores, o ministério afirmou que não haviam sido perdidas informações, e que isso era parte do processo de migração. Disponibilizaram, então, um link para acesso ao site antigo, mas muitas informações continuavam fora do novo site até o início de janeiro.

1.6 Orçamento

Análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) 2021 encaminhado pelo governo Bolsonaro ao Congresso mostra uma queda de 27,4% no orçamento federal previsto para fiscalização ambiental e combate a incêndios florestais, na comparação com o que foi autorizado em 2020. Em relação a 2019 a queda é ainda maior: 34,5%. A redução ocorre em meio ao aumento do desmatamento e dos incêndios na Amazônia e em outros biomas.

ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO DO IBAMA E DO ICMBio PARA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL E INCÊNDIOS FLORESTAIS



Fonte: SIOP acesso público (dados extraídos em 04/01/2020)

Notas: Valores atualizados pelo IPCA (Bacen - Calculadora do Cidadão), considerando dezembro de 2019 e novembro de 2020 / Considerou-se como efetivamente autorizado o valor correspondente à coluna "Dotação Atual" do SIOP / Não foi considerada a ação orçamentária 21BS em 2019 porque não houve internalização no Ibama dos recursos correspondentes / Foram consideradas as ações orçamentárias 214M, 214N, 214P e, no ano de 2020, também a 21BS (recursos extra da Lava Jato direcionados ao Ibama pelo STF) / No PLOA 2021, não foram considerados os recursos condicionados à aprovação legislativa, nos termos do inciso III do art. 167 da Constituição

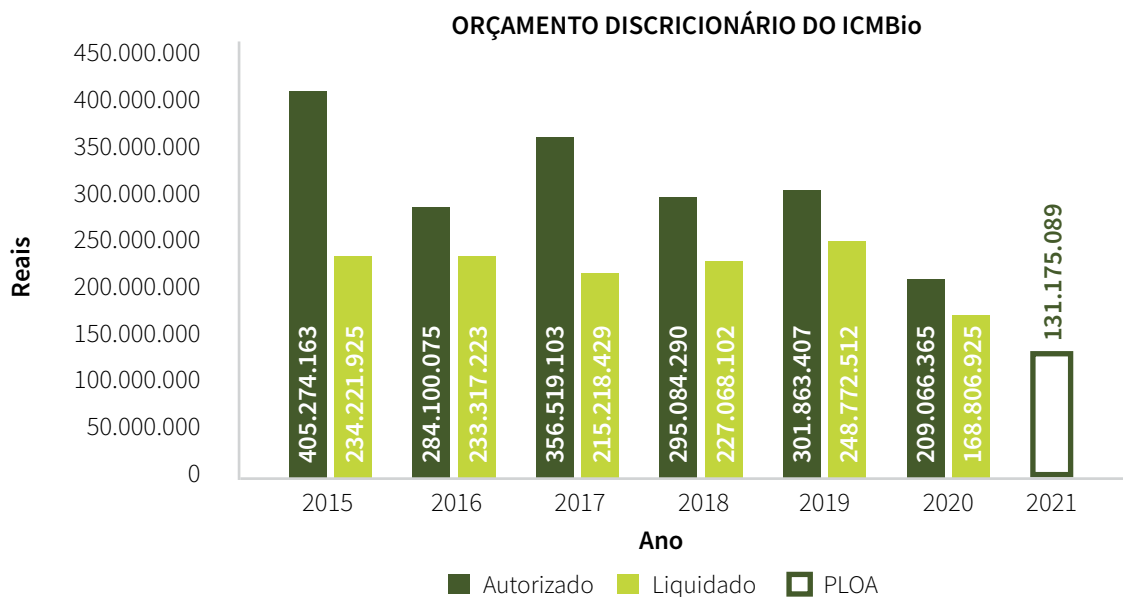
O orçamento autorizado em 2020 para fiscalização e combate a incêndios foi de R\$ 174,9 milhões nos dois órgãos ambientais federais (Ibama e ICMBio). Este valor inclui recurso extra de R\$ 50 milhões da Lava Jato que foi destinado ao Ibama pelo STF exclusivamente para fiscalização e combate a incêndios. Já o Ploa 2021, que ainda pode ser alterado pelo Congresso, prevê R\$ 127 milhões para as duas atividades. Em 2019 foram autorizados R\$ 193,9 milhões, em valores atualizados pelo IPCA.

O orçamento proposto revela a estratégia da atual gestão de continuar sufocando a fiscalização do Ibama (houve queda de 35% das multas em relação a 2018) e, na prática, acabar com o ICMBio. A estratégia é alinhada com as declarações do ministro do Meio Ambiente de rever todas as unidades de conservação do país.

O ICMBio foi criado em 2007 pela então ministra Marina Silva para gerir todas as unidades de conservação federais do país, que atualmente ocupam 9,3% do território e mais de 20% das águas marinhas. Uma portaria do ministro Ricardo Salles oficializou em outubro sua intenção de fundir o ICMBio com o Ibama – o prazo para conclusão dos “estudos” é de 120 dias.

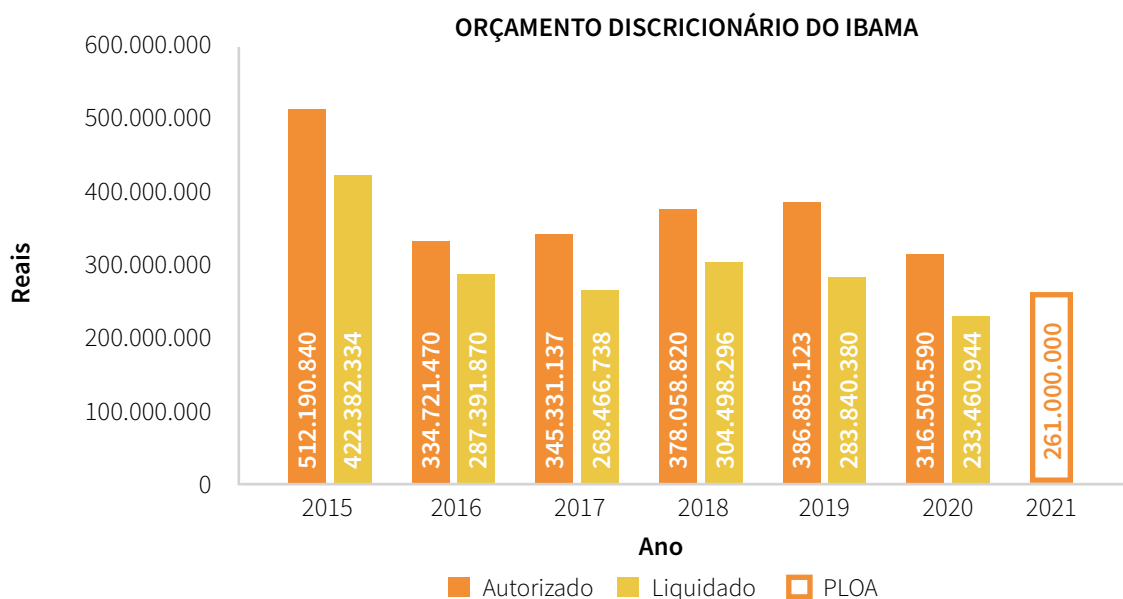
O orçamento do ICMBio para 2021 indica, porém, que a decisão está tomada: o governo cortou em 61,5% os recursos previstos especificamente para apoio à criação, gestão e implementação das unidades de conservação federais, a principal atividade do instituto, na comparação com o orçamento autorizado em 2018.

Se considerado todo o orçamento discricionário (gastos não obrigatórios), o PLOA 2021 representa queda de 56,5% para o ICMBio e de 32,5% para o Ibama em relação aos valores autorizados em 2019.



Fonte: SIOP acesso público (dados extraídos em 04/01/2020)

Notas: Valores atualizados pelo IPCA (Bacen - Calculadora do Cidadão), considerando o mês de dezembro de cada ano e o mês de novembro de 2020 / Considerou-se como efetivamente autorizado o valor correspondente à coluna "Dotação Atual" do SIOP / No PLOA 2021, não foram considerados os recursos condicionados à aprovação legislativa nos termos do inciso III do art. 167 da Constituição



Fonte: SIOP acesso público (dados extraídos em 04/01/2020)

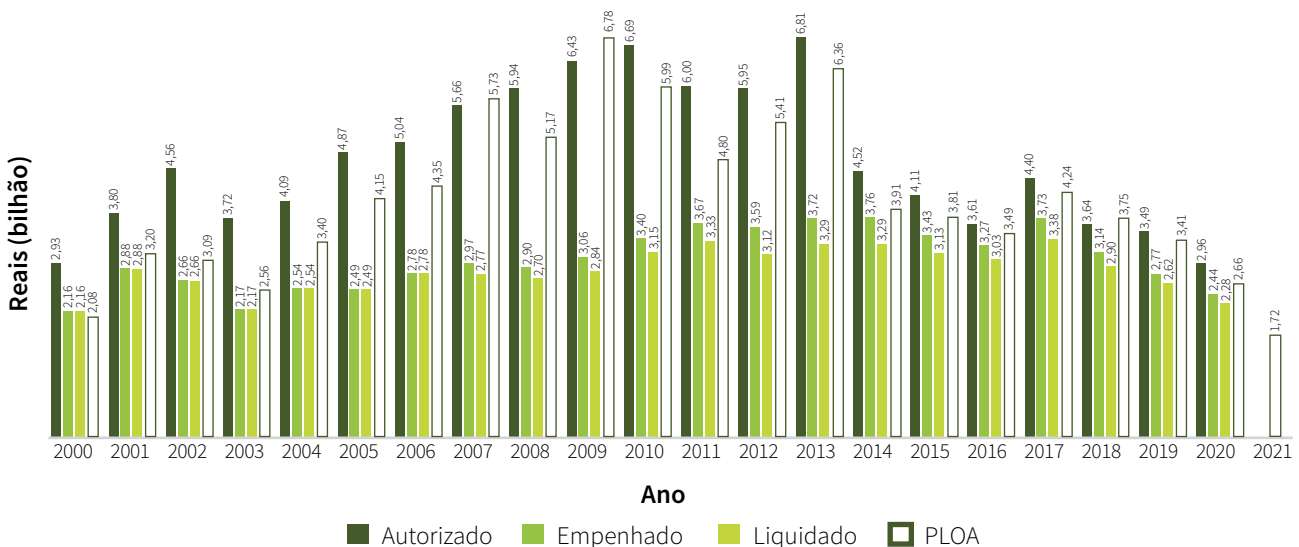
Notas: Valores atualizados pelo IPCA (Bacen - Calculadora do Cidadão), considerando o mês de dezembro de cada ano e o mês de novembro de 2020 / Considerou-se como efetivamente autorizado o valor correspondente à coluna "Dotação Atual" do SIOP / Não foi considerada a ação orçamentária 21BS em 2019 porque não houve internalização no Ibama dos recursos correspondentes / No PLOA 2021, não foram considerados os recursos condicionados à aprovação legislativa nos termos do inciso III do art. 167 da Constituição

No caso do Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta, o abandono de políticas públicas **já apontado pela CGU** em relação ao primeiro ano da gestão Bolsonaro se repete no PLOA 2021: 88% do orçamento discricionário vai para gastos administrativos rotineiros, como aluguéis e terceirizados.

Confirmando-se o PLOA, o MMA - Administração Direta terá autorização para gastar apenas R\$ 4,6 milhões, além das despesas obrigatórias e dos gastos administrativos rotineiros. Na prática, o governo acabou com as ações finalísticas do Ministério do Meio Ambiente sem ter o ônus político de extinguir a pasta (como havia ameaçado na **campanha eleitoral**).

Uma análise histórica de todo o orçamento disponível (obrigatório e discricionário) para a área ambiental (MMA e entidades vinculadas) revela que os gastos previstos para 2021 (R\$ 1,72 bilhão) são os menores em duas décadas.

ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E ENTIDADES VINCULADAS



Fonte: SIOP acesso público (dados extraídos em 06/01/2020)

Notas: Valores atualizados pelo IPCA (Bacen - Calculadora do Cidadão), considerando o mês de dezembro de cada ano e o mês de novembro de 2020 / Considerou-se como efetivamente autorizado o valor correspondente à coluna "Dotação Atual" do SIOP / Não foi considerada a ação orçamentária 21BS em 2019 porque não houve internalização no Ibama dos recursos correspondentes / Não foram considerados os recursos reembolsáveis do Fundo Clima, que são direcionados a empréstimos / Nas referências ao PLOA, não foram considerados os recursos condicionados à aprovação legislativa nos termos do inciso III do art. 167 da Constituição / Foram consideradas seguintes unidades orçamentárias: Unidade Orçamentária: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta, 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB, 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA, 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ, 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 44901 - Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA, 44902 - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

No projeto enviado pelo governo ao Congresso, o Inpe também perde 10% do total na ação orçamentária referente a monitoramento por satélite, na comparação com o ano anterior (redução de R\$ 3,03 milhões para R\$ 2,73 milhões). Enquanto isso, no penúltimo dia do ano militares assinaram um contrato sigiloso de R\$ 175 milhões para comprar um satélite sem licitação, cuja necessidade e eficácia são questionados por especialistas, como **revelou** o Uol.

1.7 Opção pela não política pública: fundos

Em dezembro, quando anunciou as novas metas do Brasil no Acordo de Paris, Ricardo Salles condicionou uma eventual antecipação da neutralização de emissões de gases de efeito estufa ao pagamento, por outros países, de "ao menos R\$10 bilhões por ano", a partir de 2021, ao Brasil. A fala gerou estranhamento no meio diplomático, que a tomou quase como chantagem.



Felipe Werneck

Apesar da exigência recorrente, o Brasil deixou de usar **R\$ 2,9 bilhões** do Fundo Amazônia, doados por Noruega e Alemanha para projetos de prevenção e combate ao desmatamento, entre outros. O Fundo Amazônia está paralisado desde o início de 2019 por iniciativa do governo Bolsonaro, sob alegação de irregularidades que nunca foram demonstradas em repasses para **ONGs**.

O governo é processado no STF pela suspensão do fundo (ADO 59). Em **audiência** realizada em outubro, o representante do BNDES esclareceu que o banco está pronto para tocar novos projetos, caso a governança desmontada por Salles seja restituída. O vice-presidente Hamilton Mourão, que coordena o Conselho Nacional da Amazônia desde fevereiro de 2020, convidou embaixadores estrangeiros para um **tour** pela Amazônia e deu entrevistas sobre uma possível retomada do fundo, mas até agora nada aconteceu.

O fundo tem cláusulas que impedem mudanças de regras sem comum acordo, e os dois países doadores não concordaram com tentativas do ministro do Meio Ambiente de decidir sozinho onde alocar o dinheiro. No início de dezembro, completou-se um ano da **afirmação** de Salles durante a COP25, **desmentida no ato pelo governo alemão**, de que a Alemanha “já topou” o novo Fundo Amazônia. Um dos objetivos declarados do ministro é usar o dinheiro para **indenizar fazendeiros** por desapropriações em Unidades de Conservação.

Também ficou parado por mais de um ano o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, cujo comitê gestor foi dissolvido no “revogaço” de 2019. Somente após o governo ser processado no STF (ADPF 708), o Ministério do Meio Ambiente fez os aportes correspondentes a 2019 e 2020 no BNDES, que gere o fundo, num total de mais de R\$ 580 milhões. Até agora, o único projeto aprovado foi um de R\$ 6,2 milhões a fundo perdido (na parcela não reembolsável do fundo gerida pelo próprio MMA) do governo de Rondônia, para um programa de erradicação de lixões, que tem o potencial de elevar emissões de gases de efeito estufa caso não venha acompanhado de uma estrutura de aproveitamento de energia.



“

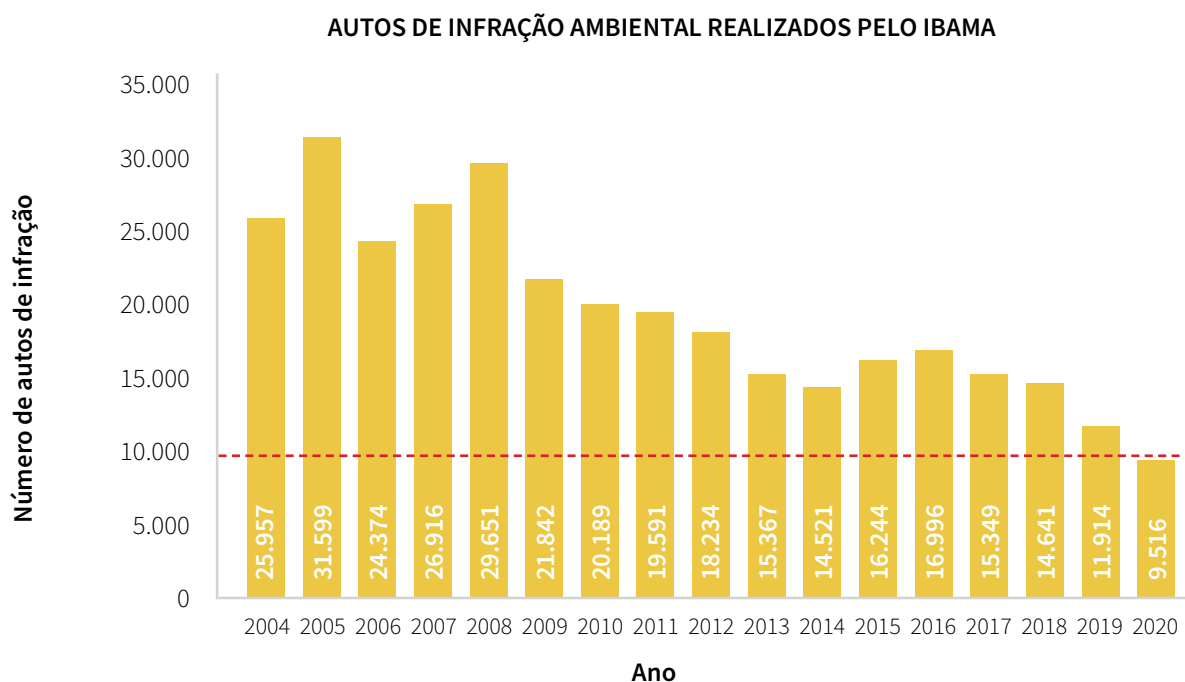
**SE BEM QUE MELHOROU
BASTANTE ISSO AÍ DEPOIS
DA NOSSA CHEGADA LÁ.
MELHOROU BASTANTE,
NÉ, RICARDO? ATÉ O
HOMEM DO CAMPO DIZ
QUE MELHOROU BASTANTE
A QUESTÃO DE IBAMA E
ICMBIO NO BRASIL. VAI
MELHORAR MAIS AINDA**

JAIR BOLSONARO, 10/11

”

2. DESPROTEÇÃO

2.1 Nova queda em multas ambientais



Fonte: Portal de Dados Abertos do Ibama (consulta realizada no início de janeiro)

As multas aplicadas pelo Ibama caíram 20% em 2020 na comparação com o ano anterior, segundo [informações](#) obtidas no portal de dados abertos do instituto. Em relação a 2018 (governo Temer), a queda foi de 35%.

Foram aplicados 9.516 autos de infração em todo o país no ano passado. Entre 2013 e 2017, a média anual era de 16 mil autuações, aponta auditoria da [Controladoria-Geral da União](#) – o total de 2020 representa uma redução de 40% em relação ao nível de trabalho que vinha sendo executado.

Foi registrado o menor número de autos pelo menos desde 2004, quando foi implementado novo sistema informatizado de gerenciamento de multas (Sicafi) – e isso não reflete uma redução da ocorrência de infrações, mas a inação do principal órgão ambiental do país.

Especificamente em relação ao desmatamento na Amazônia (que aumentou 9,5% em 2020), as multas por infrações contra a flora nos nove Estados do bioma caíram 42% em relação ao período anterior, como será detalhado no Capítulo 3 deste relatório.

Além da redução das multas ambientais, [relatório da CGU](#) mostra que houve queda de 88% dos julgamentos de processos de autos de infração de janeiro a agosto de 2020, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

A “[foice no Ibama](#)” ordenada por Bolsonaro e o estímulo à impunidade parecem ter dado resultado.

2.2 Ibama submetido ao Exército

Desde maio de 2020, por decreto do presidente Jair Bolsonaro, todas as ações de fiscalização do Ibama na Amazônia são coordenadas pelo Ministério da Defesa. É a primeira vez que isso ocorre desde a criação do instituto, em 1989.

Apesar do “reforço” de 3.400 militares no combate ao desmatamento, os resultados da operação militar Verde Brasil 2 são pífios. **Levantamento do Fakebook.eco** mostrou que o número de multas e de propriedades embargadas caiu nos seis primeiros meses da operação, apesar do orçamento seis vezes maior e do aumento do desmatamento.



Fonte: Ibama e Ministério da Defesa

De acordo com **balanço** divulgado pelo Ministério da Defesa, foram aplicados R\$ 1,79 bilhão em multas ambientais na Amazônia de 11 de maio a 11 de novembro.

No mesmo período de 2019, o Ibama aplicou R\$ 2,12 bilhões em multas por infrações contra a flora na Amazônia. É um resultado 18% maior, com um quinto do efetivo. O Ibama tinha cerca de **750 fiscais em 2019**. Segundo a Defesa, são empregados 3.400 militares e 300 agentes de outros órgãos na Verde Brasil 2.

O Ministério da Defesa afirma que o valor das multas (R\$ 1,79 bilhão) “corresponde a sete vezes o que foi investido na operação”, ignorando que **apenas três multas do Ibama foram pagas em 2020**, em razão de mudanças impostas pelo governo Bolsonaro.

Ou seja, em seis meses foram gastos oficialmente pelo menos R\$ 255 milhões na Verde Brasil 2. Em um ano seriam R\$ 510 milhões. O orçamento do Ibama para a fiscalização em 2019 foi de R\$ 85 milhões, seis vezes menor (em 2020 foram R\$ 66 milhões, quase oito vezes menos).

O total de áreas embargadas divulgado pelo Ministério da Defesa no balanço de seis meses (99 mil hectares) também representa um fracasso em relação a resultados obtidos só pelo Ibama, com efetivo e custo bem menores. Em todo o ano de 2019 o Ibama embargou 479 mil hectares na Amazônia. Em 2018 foram 782 mil.

Os 99 mil hectares, ou 990 km², correspondem a cerca de 10% de tudo o que foi desmatado na Amazônia em 2020, segundo dados oficiais do Inpe. Considerando que quase todo o desmatamento é ilegal, a cada 10 km² suprimidos o governo só consegue fiscalizar e impedir que 1 km² seja usado para ocupação e produção ilegal.

Segundo **estudo da Universidade de Brasília**, o Ibama – com cerca de quatro vezes menos agentes na época que o efetivo mobilizado na Verde Brasil – embargou no período 2008-2013, em média, 17,3% do desmatamento registrado anualmente pelo Inpe. Com o embargo, as áreas são identificadas no site do instituto e quem compra produtos agrícolas desses locais também comete crime ambiental.

2.3 Perseguição a servidores

A militarização de cargos de chefia no Ibama derrubou em abril de 2020 o coordenador-geral de Fiscalização, Renê Luiz de Oliveira, e o coordenador de Operações, Hugo Loss, servidores concursados que também exerceram cargos de comando em governos anteriores. A mudança ocorreu após uma grande operação de combate a garimpos ilegais em terras indígenas no Pará. Divulgada em uma série de reportagens do **Fantástico**, a ação resultou na destruição de dezenas de equipamentos usados por garimpeiros, provocando reação de lideranças políticas ligadas aos criminosos.

Oito meses após a exoneração dos dois coordenadores, dados do Inpe mostram que o alvo estava certo. As **terras indígenas mais desmatadas do país em 2020** foram justamente as que o Ibama havia selecionado para a ação: Cachoeira Seca, Apyterewa, Ituna-Itatá, Trincheira-Bacajá, Munduruku e Kayapó, todas no Pará.

Em novembro, fiscais do Ibama foram **cercados e coagidos por invasores** da Apyterewa. Os servidores notificavam o grupo de não-indígenas sobre o prazo para que deixassem o local, em cumprimento a ordem judicial.

Uma semana depois, foi **revelada** a intenção da Fundação Nacional do Índio (Funai) de reduzir em cerca de 50% a área da terra indígena Ituna-Itatá. Há relatos e vestígios de índios isolados nessa região desde os anos 1970.

Outros servidores também foram retirados de seus postos de gestão por defenderem posicionamentos técnicos contrários às investidas contra o meio ambiente. Um deles foi o engenheiro florestal André Sócrates, que era responsável pelo setor de controle de produtos florestais no Ibama. Foi exonerado após se posicionar - junto com outros especialistas - contra as alterações de regras para reduzir o controle da exportação de madeira.

Curiosamente, o diretor de Proteção Ambiental do Ibama de janeiro de 2019 a abril de 2020, o policial militar reformado de São Paulo Olivaldi Azevedo, foi exonerado após a exibição da reportagem do Fantástico, mas meses depois acabou nomeado secretário adjunto de Biodiversidade no Ministério do Meio Ambiente.

Além das exonerações, servidores da área ambiental também foram submetidos a intimidação. Uma nota técnica elaborada pela Comissão de Ética do Ibama circulou ao longo do ano entre os servidores para **coibir as manifestações políticas contrárias ao atual governo** nas redes sociais de agentes ambientais, tanto em redes abertas, como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, quanto fechadas, como grupos no *Whatsapp* e no *Telegram*. Ela advertia sobre o que foi chamado de “condutas inadequadas”. O presidente da autarquia, Eduardo Bim, havia publicado em 2019 um **código de ética** vedando aos servidores “manifestar-se em nome da instituição quando não autorizado pela autoridade competente, nos termos da política interna de comunicação social”.

O Instituto Chico Mendes também baixou em maio de 2020 um **código de ética**, elaborado pelo seu então presidente, Homero Cerqueira, um coronel da PM paulista - cuja gestão foi notabilizada pela **proibição a microssaías**

e calças rasgadas no órgão. O documento regula a comunicação, **proibindo a divulgação sem autorização de estudos e pesquisas** por cientistas do órgão federal e “disciplinando” o uso de redes sociais. Entre as vedações estão várias práticas do próprio coronel Homero, como **usar redes sociais para propaganda político-partidária.** Os funcionários do **instituto se recusaram a assinar o código.**

2.4 Programa Punição Zero

Além de boicotar as ações de fiscalização em campo, o governo Bolsonaro não cobra as multas ambientais aplicadas desde outubro de 2019, quando entrou em vigor o decreto que criou a chamada “conciliação” de multas.

Inventada pelo ministro Ricardo Salles, a conciliação é uma instância a mais no já demorado processo de pagamento de multas do Ibama e do ICMBio. A justificativa para sua criação foi a possibilidade de fazer audiências entre os órgãos fiscalizadores e os autuados que levassem ao pagamento da multa com desconto sem a necessidade de contestação judicial. Na prática, a medida acabou com a cobrança de multas. O governo já ensaiou colocar a culpa na pandemia, mas o próprio decreto admite reuniões remotas.

Levantamento feito pelo Observatório do Clima por meio da Lei de Acesso à Informação, que resultou em questionamento no STF (ADPF 755), mostra que o Ibama realizou apenas cinco audiências de um total de 7.205 agendadas desde abril de 2019.



Felipe Werneck

O instituto lavrava cerca de 15 mil autos por ano e tinha um passivo de mais de 120 mil processos. Ou seja, as multas ambientais no Brasil, que antes não eram pagas em sua maioria (porque os grandes infratores sempre recorriam), nem sequer estão sendo cobradas. Como os crimes e as infrações não tiveram seu prazo de prescrição suspenso, as autuações correm o risco de ser extintas sem que os infratores sofram punição.

O que ocorre hoje é que o processo administrativo não tem sequência, esvaziando o poder de dissuasão das poucas sanções ambientais que são aplicadas.

Auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União já havia apontado uma redução, de janeiro a agosto de 2020, de 88% no julgamento de multas aplicadas pelo Ibama, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Em **discurso** na inauguração de uma fábrica de biogás em SP, em outubro, o presidente Bolsonaro lembrou sua promessa de campanha de acabar com o que chamava de “festa” das multas ambientais: “O nosso ministério do Meio Ambiente não atrapalha a vida de vocês, muito pelo contrário, ajuda, e muito. Relembrem como o Ibama e o ICMBio tratavam vocês e como esse tratamento hoje em dia é dispensado.” Foi aplaudido.

2.5 Vista grossa à madeira ilegal

Em 2019, o ministro Ricardo Salles contrariou técnicos e impediu uma medida que aumentaria o controle sobre a exportação do ipê, a madeira brasileira mais valorizada – e ameaçada. No fim do governo Temer, um parecer técnico do Ibama havia recomendado que o ipê fosse incluído numa lista internacional de espécies ameaçadas de extinção, a Cites. Era uma antiga exigência de organizações ambientais como o Greenpeace, que em 2018 divulgou um **relatório** sobre fraudes que abastecem o mercado ilegal de ipê.

Salles rejeitou a mudança. De acordo com o **Estadão**, a decisão ocorreu após contato de dirigentes do Ibama e do MMA com madeireiros de Mato Grosso e do Pará.

No fim de fevereiro de 2020, o presidente do Ibama, Eduardo Bim, **assinou um documento** a pedido de duas associações de madeireiros que acabou com a necessidade de autorização do órgão ambiental para a exportação de cargas de madeira nativa. A decisão contrariou laudo assinado por técnicos do instituto, afrouxando a fiscalização para todas as empresas exportadoras de madeira do país. A medida de controle derrubada por Bim existia havia oito anos. De acordo com o **Intercept**, que revelou o caso, as duas associações que pediram e conseguiram a medida acumulavam R\$ 15 milhões em multas ambientais.

Dezenove dias antes de assinar o documento, Bim **havia se reunido com empresários do setor madeireiro**. Entre as empresas que participaram da reunião havia duas com mais de R\$ 2,6 milhões em multas. O governo brasileiro **já tinha sido alertado por autoridades norte-americanas** sobre suspeitas na exportação de madeira ilegal.

Em novembro, o presidente Jair Bolsonaro anunciou que divulgaria uma lista de países que teriam comprado madeira da Amazônia extraída ilegalmente. Depois, **recuou**. Em novembro, numa live ao lado do delegado Alexandre Saraiva, superintendente da Polícia Federal no Amazonas (o mesmo cuja tentativa de transferência para o Rio de Janeiro, em meio à tentativa de troca de comando na PF, causou a queda de Sergio Moro), Bolsonaro afirmou que o ipê brasileiro é vendido a preço de eucalipto na Europa. Mas não disse que uma das razões para que isso ocorra é a facilidade da exploração ilegal, que seria dificultada com a inclusão da espécie na Cites, que o seu governo impediu.

A Abrampa (Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente) e ONGs socioambientais **recorrem à Justiça** em junho para derrubar a medida do Ibama de fevereiro que facilitou a saída de madeira ilegal do país.

2.6 Grilagem municipalizada

Após perder no Congresso a batalha pela aprovação da MP 910, a chamada “MP da Grilagem”, cujo texto original anistiava a ocupação criminosa de terras na Amazônia até 2018, quando Bolsonaro foi eleito, o governo transformou a “regularização fundiária” em *cause célèbre* de seu discurso sobre meio ambiente. Presidente, vice e ministros passaram a repetir o falso argumento de que o controle ambiental na Amazônia só seria possível se todas as terras fossem tituladas. Ao contrário do que alega a administração Bolsonaro, o país conseguiu reduzir o desmatamento em mais de 70% entre 2004 e 2009 sem nenhuma alteração na legislação sobre titulação de terras. O governo também não explica por que o número de títulos concedidos no primeiro ano do governo Bolsonaro caiu de 3.900 (média da década anterior) para apenas 6.

Sem conseguir fazer avançar no Parlamento o projeto de interesse de Nabhan Garcia, secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura e amigo de Bolsonaro, o governo partiu para a flexibilização “infralegal”: em 2 de dezembro, Nabhan baixou com o Inbra a **Portaria Conjunta nº 1**, que essencialmente terceiriza para os municípios a titulação de terras públicas ocupadas, o que é permitido pela lei atual.

Cada prefeitura do país poderá criar um “núcleo de regularização fundiária” e designar funcionários para serem treinados pelo Inbra. E o próprio município poderá titular ocupações em terras públicas federais. Considerando que os municípios são pouco equipados, pouco dotados de recursos humanos e que em cidades como Novo Progresso (PA) até prefeitos são suspeitos de grilagem, a portaria pode regularizar “toda a grilagem de terras no Brasil”, segundo **afirmou ao Estadão** o presidente da Confederação Nacional das Associações de Servidores do Inbra, Reginaldo Félix de Aguiar. Até o fechamento deste relatório, os critérios para a regularização pelos municípios ainda não haviam sido definidos.

2.7 Óleo no Nordeste: um ano depois

Um ano e cinco meses depois do vazamento de cinco mil toneladas de óleo nas praias do Nordeste e do Sudeste, a Marinha e a Polícia Federal **não conseguiram identificar** os possíveis responsáveis pela tragédia ambiental que atingiu mais de 130 municípios. De acordo com o relatório final da Marinha, divulgado em outubro de 2020, o governo federal gastou R\$ 187,6 milhões para tentar conter o maior vazamento de óleo no país, mas pesquisadores afirmam que **continuam chegando manchas em algumas praias**. Além de não conseguir identificar os culpados e não aplicar nenhuma multa, o governo não pagou a dívida de R\$ 43 milhões pelos serviços de limpeza prestados durante a crise pela Petrobras, que está cobrando a conta.

Na ocasião, o ministro do Meio Ambiente levou 41 dias para acionar o Plano Nacional de Contingência de Incidentes de Poluição por Petróleo (PNC), cujo trabalho foi delegado à Marinha do Brasil. Esse plano está formalmente paralisado desde março de 2020. Apenas em outubro do último ano foi criada uma Comissão Técnico-Científica

para Assessoramento e Apoio das Atividades de Monitoramento e a Neutralização dos Impactos Decorrentes da Poluição Marinha por Óleo e outros Poluentes na Amazônia Azul, pelo Ministério da Defesa. Surpreendentemente, o Ministério do Meio Ambiente não integra a comissão (Portaria nº 313/MB/2020).

A pesca artesanal foi o setor mais atingido pelo vazamento. Cerca de 350 mil trabalhadores pesqueiros foram prejudicados pelas manchas, e até hoje menos de 40% receberam algum tipo de auxílio financeiro do governo federal. Alheio às investigações, o presidente Jair Bolsonaro afirmou, em discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU, em setembro, que o “Brasil foi vítima de um criminoso derramamento de óleo venezuelano”. A **narrativa sobre a responsabilidade venezuelana** surgiu no início das investigações, quando um laudo da Petrobras indicou que a origem do óleo poderia ser de lá. No entanto, de acordo com documentos que compõem a CPI do óleo na Câmara, outros laudos internacionais que investigaram a substância não determinam sua origem.

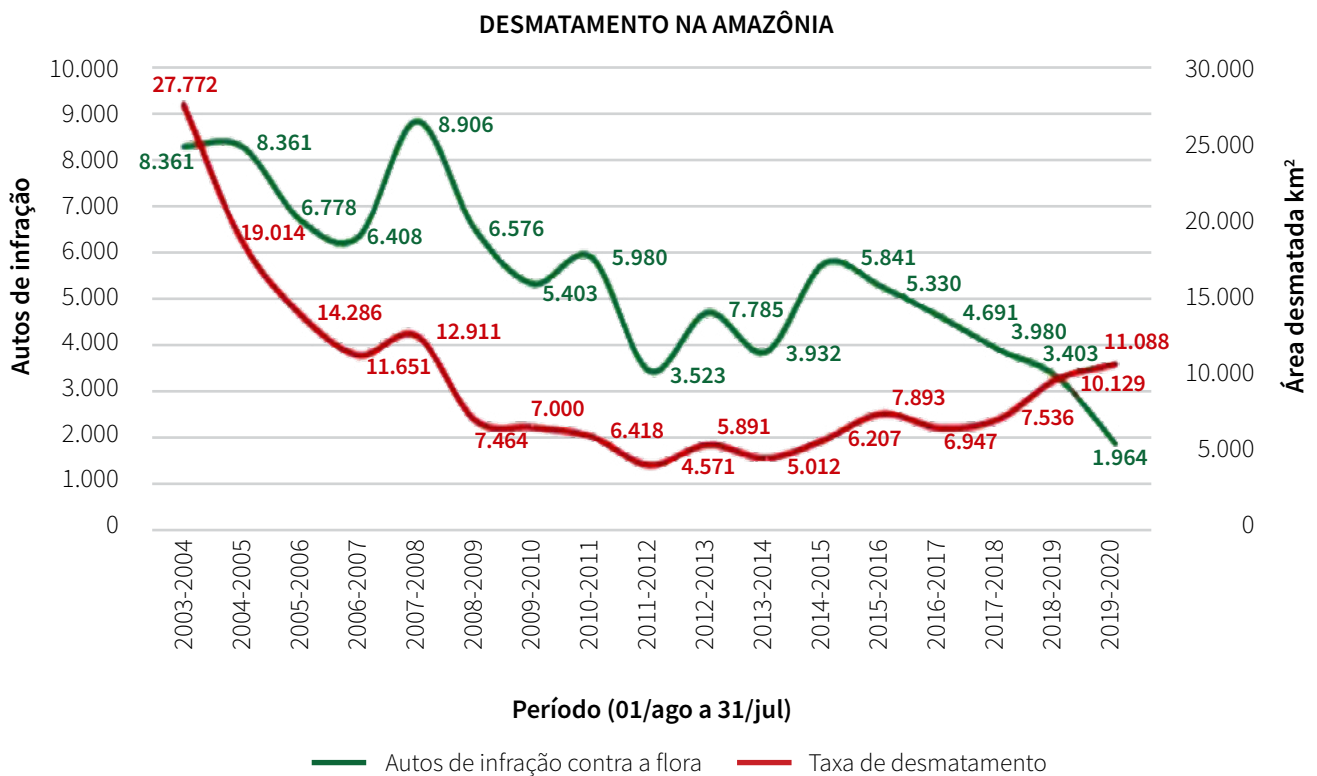
Instituições de pesquisa de todo o país têm recorrido aos escassos recursos disponibilizados em editais do CNPq e fundações estaduais de apoio à pesquisa para avaliar os impactos econômico, social e ambiental das manchas. Os pesquisadores alertam que o óleo está agora fragmentado em pedaços invisíveis e já é possível encontrá-lo no plâncton, que é a base de toda a cadeia alimentar aquática. Esses fragmentos têm o potencial de contaminar ambientes, animais marinhos e banhistas.



Felipe Werneck

3. CONSEQUÊNCIAS

3.1 Desmatamento em alta



Fonte: Ibama e Inpe

O desmatamento na Amazônia aumentou 9,5% em 2020, depois de ter subido 34% em 2019. Desde 2008 não era registrada uma taxa tão alta de devastação: 11.088 km², área que corresponde a uma Jamaica.

O novo aumento do desmatamento coincide com uma queda de 42% das multas por infrações contra a flora no mesmo período medido pelo Inpe, de agosto de 2019 a julho de 2020, segundo levantamento do [Fakebook.eco](#).

Sob comando das Forças Armadas desde maio, fiscais do Ibama aplicaram 1.964 autos de infração por crimes contra a flora nos nove estados da Amazônia Legal em um ano. É o nível mais baixo das últimas duas décadas. Bateu o recorde negativo anterior, que havia sido registrado parcialmente sob Bolsonaro: 3.403 (de agosto de 2018 a julho de 2019).

Em 2020, o Estado do Pará concentrou quase metade do desmatamento (47%), seguido por Mato Grosso (16%), Amazonas (13,7%) e Rondônia (11,4%).

A queda recorde dos autos de infração abrange o período de intervenção das Forças Armadas na Amazônia. Desde maio, todas as ações são coordenadas pelo Ministério da Defesa.

No Cerrado, o desmatamento **aumentou ainda mais**: foram derrubados 7.340 km² de agosto de 2019 a julho de 2020, alta de 13% em relação ao mesmo período anterior. A gestão Bolsonaro esperou o recesso de Natal e Ano-Novo para divulgar os dados. A devastação no bioma corresponde a quase cinco vezes a área da cidade de São Paulo. É a maior taxa desde 2015.

Além dos impactos à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, o aumento do desmatamento faz o Brasil se distanciar cada vez mais das metas de redução das emissões de gases de efeito estufa: o país ficou 180% acima da meta traçada na Política Nacional de Mudanças Climáticas de limitar o desmatamento na Amazônia em 2020 a 3.925 km² no máximo (redução de 80% em relação à média 1996-2005).

Não foi só o desmatamento que subiu. Em 2020, as queimadas voltaram a assolar a Amazônia, mesmo com o Exército em campo desde maio - em tese para coibi-las - e com um decreto presidencial assinado em julho proibindo qualquer queima por 120 dias. Até dezembro, o número de focos de queimada no bioma era 15% maior do que em 2019, ano em que o fogo colocou o Brasil no centro de uma crise internacional.

O governo reagiu como em 2019: primeiro negando o problema, depois culpando as vítimas. Usando dados do chefe da Embrapa Territorial, Evaristo de Miranda, o general Hamilton Mourão e o presidente Jair Bolsonaro alegaram que 90% das queimadas estavam “em áreas de pastagem”. O número foi desmentido, com metodologias diversas, primeiro pelo Ipam, que mostrou que 64% dos focos correspondiam a incêndios florestais ou desmatamento; depois pela Nasa, que mostrou que cerca de metade dos focos no inverno de 2020 correspondiam a desmatamentos novos ou recentes; e por fim pelo Inpe, que **cruzou dados de queimadas e desmatamento** e mostrou que em agosto deste ano, por exemplo, cerca de 66% dos focos de calor estavam em áreas de desmate recente ou de incêndio florestal. Em **setembro, na ONU**, Bolsonaro disse que quem provoca as queimadas é “o caboclo e o índio”.



Felipe Werneck

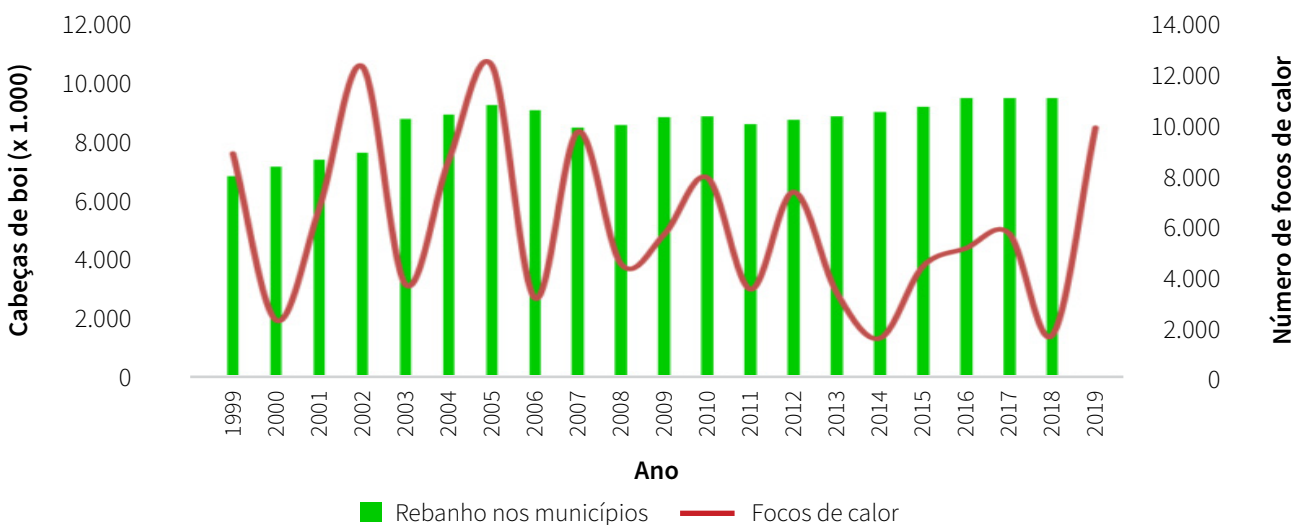
A fala, juntamente com o restante da atuação anti-indígena do governo, deu ao Brasil um prêmio internacional: o **Fóssil do Ano**, concedido pela rede de ONGs *Climate Action Network* aos países que mais atrapalham o combate à mudança do clima. Somente Brasil e Estados Unidos ganharam em duas categorias cada um.

3.2 Queimadas no Pantanal

Em 2020, **30% do Pantanal** foi destruído pelo fogo. O Brasil perdeu quase um terço do bioma enquanto ministros e o presidente Bolsonaro tentavam negar a gravidade das queimadas e convencer a população de que elas estariam associadas à retirada de gado da região.

Para eles, o boi seria um “bombeiro do Pantanal” ao comer a massa orgânica que serve de combustível durante o período de seca. O **Fakebook.eco** mostrou que isso não faz sentido. Na verdade, o rebanho bovino aumentou 38% nos municípios do Pantanal, de 1999 a 2018. Já a cobertura de vegetação caiu 10% e a área de pastagem exótica cresceu 64% sobre áreas naturais no mesmo período, apesar da alegação de que um suposto modelo de preservação teria retirado o pantaneiro e o gado da região nas últimas décadas.

RELAÇÃO DE FOCOS DE CALOR COM REBANHO BOVINO NO PANTANAL



Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (22 municípios de MT e MS) / Inpe – Focos de calor no bioma Pantanal

Dados do Inpe mostram que a devastação que chocou o país em 2020 foi resultado de um aumento de 220% dos focos de queimadas em relação a 2019. Até dezembro ocorreram 22.116 focos, o maior número registrado no Pantanal desde o início do monitoramento feito pelo Inpe, em 1998. Até então, o ano com mais queimadas tinha sido 2005, com 12.536 focos.

Apesar do discurso oficial negacionista, um **relatório** apresentado na Câmara dos Deputados relacionou as queimadas no Pantanal a “ações humanas criminosas” e “condutas estatais no mínimo ímprobos”. Investigações da Polícia Federal também apontaram fazendeiros como responsáveis pelo início do fogo, e não a falta de boi (embora ninguém tenha sido punido até dezembro).

3.3 Invasões de terras indígenas

“POIS HOJE, PRESIDENTE, COM A SUA ASSINATURA, SERÁ A LIBERTAÇÃO. OU SEJA, NÓS TEREMOS A PARTIR DE AGORA A AUTONOMIA DOS POVOS INDÍGENAS E SUA LIBERDADE DE ESCOLHA. SERÁ POSSÍVEL MINERAR, GERAR ENERGIA, TRANSMITIR ENERGIA, EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS E CULTIVO DAS TERRAS INDÍGENAS. OU SEJA, SERÁ A LEI ÁUREA.”

Onyx Lorenzoni, 5/2

O discurso antiindígena de Jair Bolsonaro vem repercutindo no campo, especialmente na Amazônia. **Dados publicados em setembro pelo Conselho Indigenista Missionário** mostram que as invasões a terras indígenas cresceram 135% em 2019. Foram registrados 256 casos. Em vez de coibir os invasores, o governo sinalizou com medidas legais e infralegais que faria o que estivesse ao seu alcance para que os indígenas – que, afinal, nas palavras do presidente “são seres humanos como nós” – deixassem de viver **“como animais num zoológico”**. Em 6 de fevereiro, Bolsonaro decidiu “comemorar” seus 400 dias no cargo mandando à Câmara o **PL 191, que libera várias atividades econômicas em terras indígenas**. Excetuando-se o garimpo, nenhuma dessas atividades – sejam hidrelétricas, agronegócio ou extração de madeira – requer consentimento dos índios, bastando para que sua autorização seja requerida ao Congresso uma “fundamentação” por parte do Presidente da República.

Em 22 de abril, a Funai, **comandada por ruralistas**, baixou a Instrução Normativa nº 9, que autoriza a reivindicação de áreas privadas dentro de terras indígenas ainda não homologadas. A IN tinha endereço certo: a Terra Indígena Ituna-Itatá, no Pará. Reservada para proteger um grupo de índios isolados, a TI tornou-se alvo de quadrilhas de grileiros associados a políticos paraenses. Segundo dados do Inpe compilados pelo Greenpeace, praticamente não havia desmatamento na TI antes de 2016. A devastação saltou de 2 km² naquele ano para 13 km² no ano seguinte e 16 km² em 2018, para explodir 650% em 2019, chegando a 119 km². Em 2020, ainda segundo o Greenpeace, **94% do território da TI estava loteado** entre proprietários privados por meio de declarações falsas de Cadastro Ambiental Rural, numa espécie de grilagem preventiva. O autointitulado “antropólogo bolsonarista” Edward Luz foi preso pelo **Ibama na Ituna em fevereiro**, ao hostilizar fiscais no local.

Outra terra indígena ameaçada pela grilagem é a Apyterewa, dos índios parakanã. Localizada na Transamazônica e na área de influência da hidrelétrica Belo Monte, a TI hoje tem mais de 1.500 moradores não-indígenas. A desinstituição era uma condicionante da licença de Belo Monte, que nunca foi cumprida, e a prefeitura de São Félix do Xingu tenta reduzir a terra indígena para contemplar os invasores. A prefeitura conseguiu no último ano um despacho do ministro Gilmar Mendes, do STF, para encaminhar o processo para uma “conciliação” (os índios **dizem que não querem conciliar nada**). Em novembro, o jornal *O Globo* revelou que funcionários do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, comandado pela pastora Damares Alves (PP), **foram até o Pará pressionar os indígenas pela redução do território**, tendo intermediado uma “reunião surpresa” entre índios e fazendeiros em outubro – na fazenda de um dos invasores, na qual indígenas afirmaram ter sido mantidos em cárcere privado.

Além de grileiros, garimpeiros e mineradores também ameaçam as terras indígenas na Amazônia. **Segundo o InfoAmazonia**, o número de pedidos de lavra de minério em terra indígena (que são ilegais, já que a atividade não é regulamentada) registrados na Agência Nacional de Mineração em dez meses de 2020 foi o maior em 24 anos: 145. Uma das áreas onde o problema é mais agudo é a Terra Indígena Yanomami, em Roraima, habitada por cerca de 26 mil yanomami e ye'kwana e invadida, **segundo o Fórum de Lideranças Yanomami, por cerca de 20 mil garimpeiros**.

Com o fim das ações de fiscalização e a certeza da impunidade, o cantor Wanderley Andrade fez um show para garimpeiros na TI Yanomami e anunciou, em dezembro, no auge dos casos de Covid no país: **“quantas vezes me chamarem eu vou”**.

3.4 Covid nas aldeias e recusa de socorro

“EM RELAÇÃO À ÁGUA POTÁVEL, O INDÍGENA SE ABASTECE DA ÁGUA DOS RIOS QUE ESTÃO NA SUA REGIÃO.”
General Hamilton Mourão, 9/7

O viés antiindígena da administração facilitou uma crise humanitária a partir de abril, quando foi registrado o primeiro caso de Covid-19 entre indígenas. Sem proteção oficial e com aumento das invasões de suas terras, os índios passaram a ser infectados e a morrer mais. Em 18 de dezembro, segundo dados compilados pela Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), havia **42.342 casos de Covid confirmados entre 161 povos** indígenas, com 896 mortes - entre elas lideranças históricas como o kayapó Paulinho Paiakan e o cacique yawalapiti Aritana. Considerando a população apontada no último Censo, de 896 mil pessoas, a Covid matou até dezembro 0,1% dos indígenas do Brasil, proporção mais alta do que entre não-indígenas (0,08%). Até dezembro, a Funai **havia gasto apenas metade dos recursos disponíveis para o combate à pandemia**, segundo dados do Inesc.

Os próprios indígenas se mexeram e instalaram centenas de barreiras sanitárias no acesso às terras. Numa segunda frente, articularam com o Congresso a aprovação, em tempo recorde, da Lei 14.021, que prevê medidas emergenciais para conter a disseminação do coronavírus nas aldeias. Bolsonaro sancionou a lei em 8 de julho, mas com 22 vetos - entre eles, a previsão de entrega de água potável, materiais de higiene, leitos hospitalares e respiradores às aldeias. Justificando os vetos, o vice-presidente, Hamilton Mourão (PRTB), deu uma de Maria Antonieta e declarou que **“em relação à água potável, o indígena se abastece dos rios”**. Muitos desses rios estão contaminados com mercúrio, em razão do garimpo ilegal.

Os indígenas recorreram ao STF e em 5 de agosto conseguiram **liminar que obrigou o Executivo a proteger as terras indígenas**, inclusive a expulsar os invasores - decisão de caráter meramente simbólico, uma vez que, como visto acima, o governo não se furtou a articular com invasores a redução de uma terra indígena no Pará em outubro, dois meses depois da decisão do Supremo. Dias depois, o Congresso derrubou 16 dos 22 vetos de Bolsonaro, mas não conseguiu derrubar todos - inclusive o de previsão de verba especial para a saúde indígena.

Enquanto a Lei nº14.201 tramitava no Congresso e Bolsonaro era fustigado pela imprensa pelo “genocídio” dos povos indígenas, o governo resolveu fazer um **media stunt** sobre o tema: o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo, levou 20 jornalistas e 24 agentes militares de saúde à Terra Indígena Yanomami, em Roraima, para distribuir 66 mil comprimidos de cloroquina aos índios - ação **denunciada pelos yanomami**, que tiveram desrespeitada sua decisão pelo auto-isolamento e foram expostos a dezenas de não-indígenas. A viagem aconteceu de 29 de junho a 2 de julho. A cloroquina era contra-indicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como profilaxia para o coronavírus **desde 17 de junho**.

3.5 Ativistas assassinados

Pelo menos 18 pessoas foram assassinadas em conflitos no campo de janeiro a dezembro de 2020, aponta **levantamento preliminar** da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os números, que ainda podem aumentar (há casos em análise), são inferiores aos do ano anterior, quando o Brasil foi considerado o terceiro país mais perigoso do mundo para ativistas e defensores da terra e do meio ambiente. O mais recente relatório anual da **ONG Global Witness**, divulgado em julho de 2020, indicou que em 2019, no primeiro ano do governo Bolsonaro, ao menos 24 pessoas foram assassinadas. Os Estados que mais registraram mortes em 2019, de acordo com o relatório, foram Pará (7), Amazonas (5), Maranhão (4) e Mato Grosso (2). Amapá, Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco e Rondônia registraram um assassinato cada.

3.6 Ameaças de boicote

“A ESCALADA DO DESMATAMENTO NOS ÚLTIMOS ANOS, COMBINADA COM RELATOS DE UM CRESCENTE ENFRAQUECIMENTO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS E DE DIREITOS HUMANOS E ESVAZIAMENTO DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO, ESTÁ CRIANDO UMA INCERTEZA GENERALIZADA SOBRE AS CONDIÇÕES PARA INVESTIR OU FORNECER SERVIÇOS FINANCEIROS AO BRASIL.”

Carta de investidores a Embaixadas do Brasil, 23 de junho

Seria improvável que um ataque tão sistemático ao meio ambiente e aos povos tradicionais passasse despercebido para investidores, empresas e mercados compradores das commodities brasileiras. E, de fato, não passou. Em 2020



Felipe Werneck

o Brasil recebeu uma chuva de ameaças de desinvestimento e boicote que teve seu ápice em outubro, quando o Parlamento Europeu rejeitou simbolicamente o acordo comercial entre União Europeia e Mercosul, com vários eurodeputados atribuindo o veto diretamente a preocupações com a política ambiental brasileira. O acordo foi colocado em banho-maria pela Europa em 2020, quando sua ratificação poderia ter avançado. Em dezembro, o embaixador da UE no Brasil, Ignacio Ybañez, disse que o acordo estava em “*stand-by*” até que o Brasil se compromettesse com medidas para conservar a Amazônia.

A luz amarela no governo acendeu em 23 de junho, quando um grupo de 30 fundos de investimento de oito países, que juntos manejam ativos de US\$ 4,1 trilhões, escreveu às embaixadas brasileiras pedindo explicações sobre a crise ambiental. O grupo teve uma reunião com o vice-presidente Hamilton Mourão e alguns ministros em 9 de julho e saiu de lá com **uma lista de cinco itens** para checar o progresso do país. Nenhum havia sido cumprido até o final do ano.

Antes disso, em maio, 15 grandes empresas, incluindo redes de supermercados britânicas, escreveram ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), alertando que se a MP 910 fosse aprovada ela aumentaria a grilagem e o desmatamento e forçaria **as companhias a boicotar produtos brasileiros**.

Em agosto foi a vez de CEOs de empresas brasileiras. Trinta e oito deles - inclusive os presidentes do Itaú e do Bradesco - **escreveram ao vice-presidente** afirmando que a imagem negativa do Brasil na questão socioambiental na Amazônia “tem um enorme potencial de prejuízo para o Brasil, não apenas do ponto de vista reputacional, mas de forma efetiva para o desenvolvimento de negócios e projetos fundamentais para o país”, apelando para uma retomada verde pós-pandemia.

No mês seguinte, sete países da Parceria da Declaração de Amsterdã (Alemanha, França, Dinamarca, Itália, Holanda, Noruega e Reino Unido) e a Bélgica também escreveram a Mourão expressando preocupação com o desmatamento e dizendo que ele compromete a capacidade de investidores e empresas de cumprir critérios de sustentabilidade. Elogiam os esforços de controle do desmatamento no passado e perguntam, diplomaticamente, onde o Brasil perdeu a mão.

A resposta do governo foi dobrar a aposta na propaganda. Numa apresentação de slides feita aos embaixadores dos oito países e que jamais se tornou pública, Mourão **prometeu reduzir o desmatamento a 7.000 km² até 2022** (sem explicar como). A promessa, em resumo, é chegar ao fim do governo com a devastação no mesmo patamar de antes de Bolsonaro assumir (7.500 km² em 2018). O número jamais foi repetido em documentos posteriores do Conselho da Amazônia, o que sugere que tenha sido fabricado especialmente para a ocasião. O número sugerido por Mourão, de 7.000 km², apesar de menor do que os valores praticados no governo Bolsonaro, ainda representa uma altíssima taxa de desmatamento e deixa o Brasil muito distante de cumprir tanto o Código Florestal quanto suas metas climáticas.

Em novembro, o general levou os embaixadores do grupo de Amsterdã para um passeio pela Amazônia, com direito a sobrevoo de áreas preservadas. Nem todos parecem ter ficado impressionados: o embaixador alemão, Heiko Thoms, cujo país enfrenta há quase dois anos o impasse sobre o Fundo Amazônia, disse que a viagem **não mudou sua percepção**.



**SE ISSO NOS
FAZ SER
UM PÁRIA
INTERNACIONAL,
ENTÃO QUE
SEJAMOS UM
PÁRIA.**

ERNESTO ARAÚJO, 22/10

4. CLIMA: DE PROTAGONISTA A PÁRIA

4.1 2020: meta perdida

Em 2009, o Brasil estabeleceu sua primeira legislação doméstica de corte de emissões, a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Regulamentada pelo Decreto 7.390/2010, ela previa duas metas: uma de corte relativo de emissões - de 36,1% a 38,9% até 2020 em relação ao que seria emitido na ausência de políticas - e uma redução de 80% na taxa de desmatamento na Amazônia em 2020 em relação à média verificada entre 1996 e 2005.

As premissas da projeção eram generosas: previa-se um crescimento econômico de 5% ao ano e que, na ausência de lei, toda a nova energia instalada no Brasil seria fóssil, o que nunca foi realista. Tudo somado, o Brasil deveria chegar a 2020 com emissões brutas de 2,068 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente, no máximo. Bastaria seguir controlando o desmatamento para cumprir a meta.

2020 chegou e o Brasil perdeu as duas metas. A de desmatamento, por larga margem: com 11.088 km², o país ficou 180% acima do máximo de 3.925 km² estabelecido pelo decreto. E uma **projeção a partir dos dados de 2019 do**



Felipe Werneck

SEEG indica que nossas emissões brutas em 2020, na mesma métrica usada no decreto, serão de 2,2 bilhões de toneladas. O governo está sendo processado no STF por ter descumprido a meta de desmatamento.

4.2 2030: NDC sem ambição

Poucos dias antes do evento que comemoraria os cinco anos do Acordo de Paris, data em que eram esperados anúncios ambiciosos dos maiores poluidores globais para a mitigação climática, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, anunciou uma atualização da meta brasileira de redução das emissões de gases de efeito estufa (NDC) que representou um retrocesso na política climática do país, além de uma tentativa de chantagear países ricos.

A NDC é o documento em que cada país oferece suas estratégias e resultados para atingir o objetivo do Acordo de Paris de estabilizar o aquecimento global, e que deve ser atualizado e intensificado a cada cinco anos. A meta original do Brasil foi apresentada em 2015 na ONU pela então presidente Dilma Rousseff. O Brasil se comprometeu na ocasião a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025, em relação aos níveis de 2005, e indicou que poderia chegar a 2030 com 43% de redução.

Nada disso estava condicionado a aporte externo de financiamento. A nova proposta de NDC confirma a meta indicativa para 2030. Não muda o compromisso percentual de corte de emissões, mas altera – e muito – a base de cálculo. Na nova proposta, o nível de emissões em 2005, ano-base da meta, foi ajustado de 2,1 bilhões de toneladas para 2,8 bilhões de toneladas. No anexo da NDC de 2015, a meta indicativa de redução de 43% significava emitir 1,2 bilhão de toneladas de gases até 2030. Na versão apresentada por Salles, a mesma meta representa 1,6 bilhão de toneladas na atmosfera. Ou seja: o Brasil chegaria a 2030 emitindo cerca de 400 milhões de toneladas de CO₂ equivalente a mais do que havia sido prometido em 2015, segundo análise do [Observatório do Clima](#). Para manter o mesmo nível absoluto de emissões indicado em 2015, o Brasil deveria ter ajustado a redução percentual da NDC para 57% com a mudança de metodologia.

Ao ratificar a proposta de corte de 43%, o governo brasileiro se compromete com um esforço menor de mitigação, quando o exigido pela ciência seria uma meta mais ambiciosa e compatível com a limitação do aquecimento a 1,5°C. O nível de emissões resultante da meta para 2030 (1,6 bilhão de toneladas de CO₂e) é praticamente o mesmo verificado pelo SEEG (Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima) para 2019. Ou seja: a meta de redução em relação a 2005 apresentada pelo governo poderia ser atingida mesmo mantendo o desmatamento da Amazônia nos níveis atuais, de 10 mil km² por ano.

O desmatamento é o principal responsável pelas emissões de gases de efeito estufa no país. Além disso, o documento apresenta a intenção de atingir a neutralidade em carbono em 2060, dez anos depois do anunciado pela maioria dos países, e condiciona a antecipação dessa meta ao pagamento de US\$ 10 bilhões por ano ao Brasil a partir de 2021. Dias depois da divulgação da nova NDC brasileira, o *Climate Action Tracker* considerou que a proposta não aumenta ambição e **rebaixou a classificação do país de “insuficiente” para “altamente insuficiente”**.

Por conta disso, o Brasil foi cortado do *Climate Ambition Summit*, a cúpula que celebrou os cinco anos do Acordo de Paris, em 12 de dezembro, com a presença de mais de 70 países, além de lideranças empresariais. A condição para participar era a apresentação de metas mais ambiciosas que as anteriores.



**TUDO QUE A
GENTE FAZ
É PAU NO
JUDICIÁRIO NO
DIA SEGUINTE**

RICARDO SALLES, 22/4

5. BARRANDO A BOIADA

5.1 O “Fundão do Salles” morreu no parto

Se o governo avançou no projeto de desmontar a governança ambiental, em 2020 ele também sofreu reveses importantes, no Congresso e na Justiça. Em março, caducou no Congresso a Medida Provisória 900, que autorizava o governo a contratar um banco público para criar um fundo para a conversão de multas ambientais. Um infrator ambiental multado pelo Ibama poderia ter direito a desconto de 60% no valor de sua multa desde que depositasse os 40% restantes nesse fundo. Todos os critérios de uso do dinheiro seriam definidos por uma única pessoa: o ministro do Meio Ambiente.

O valor total do fundo, num cálculo conservador, foi estimado em R\$ 7,6 bilhões em nota técnica elaborada pelo OC, considerando o passivo de multas total do Ibama, na casa de R\$ 38 bilhões, e que apenas metade dos autuados iria aderir à conversão.

A conversão indireta de multas ambientais foi proposta no governo Temer com o objetivo de desafogar o passivo do Ibama e, ao mesmo tempo, bancar projetos de recuperação ambiental definidos pelo Ibama em chamamentos públicos. O governo chegou a escolher dois projetos e a publicar o resultado do primeiro edital, mas a conversão foi alterada no começo do governo Bolsonaro sob a alegação falsa de que daria “R\$ 14 bilhões para ONGs”. Criou-se o fundo sob controle total de Ricardo Salles no lugar dos projetos escolhidos pelo Ibama e executados por chamamento público.

5.2 O fim silencioso do fundo do BID

Em setembro de 2019, quando foi fazer um tour pelos EUA e pela Europa, Ricardo Salles constrangeu o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a diplomacia brasileira ao entrar numa reunião na sede do banco para propor uma ideia de fundo ambiental e sair de lá anunciando para a imprensa que receberia US\$ 500 milhões do BID - uma espécie de chancela à política ambiental do governo brasileiro.

Nas semanas seguintes, o chanceler Ernesto Araújo tentou constranger ainda mais o banco ao mandar uma carta a seu representante no Brasil pedindo uma reunião urgente para tratar do tema. A ideia do Brasil era lançar um “Fundo Amazônia do B” na COP25, em Madri, em dezembro de 2019.

O plano naufragou depois que o banco deu um xeque-mate em Salles e Ernesto: em carta, o BID disse que ficaria muito feliz em discutir um novo fundo com o Brasil - mas só depois de ver uma avaliação dos resultados do Fundo Amazônia, o fundo bilionário que Salles colocou na geladeira após mentir sobre malversação de seus recursos por ONGs. Sem o trunfo para anunciar na COP, restou ao ministro **sabotar a reunião**. O tema não voltou a ser discutido em 2020.

5.3 Processos no STF

O governo Bolsonaro termina o ano com quatro novos processos de grande repercussão no STF por temas ambientais, impetrados por partidos de oposição com apoio de ONGs. Em setembro, um desses processos, a Arguição

de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 708, provocou a primeira audiência pública para discutir mudanças climáticas da história da Suprema Corte. Ela foi convocada pelo ministro Luís Roberto Barroso, relator de uma ação movida por Psol, PT, PSB e Rede sobre a paralisação deliberada, por mais de um ano, do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, o Fundo Clima.

Outra ação dos mesmos partidos, a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 59, relatada pela ministra Rosa Weber, também pede que o governo seja responsabilizado pela omissão dolosa em relação ao Fundo Amazônia, paralisado desde o começo de 2019. O ministro do Meio Ambiente tentou alterar a composição dos comitês do fundo a fim de controlá-lo, mas os países doadores se recusaram. O resultado é que os comitês estão dissolvidos até hoje e R\$ 2,9 bilhões que poderiam ser usados para reduzir desmatamento e queimadas estão parados.

Os mesmos partidos em outubro acionaram o governo na ADPF nº 755 contra a chamada “punição zero”, como ficou conhecida a conciliação ambiental criada por Ricardo Salles. Trata-se de uma etapa adicional ao processo de sanção por infrações ambientais, na qual o autuado tem a cobrança da multa suspensa até que seja realizada uma “audiência de conciliação”. De abril de 2019 até outubro do ano passado, o Ibama havia realizado apenas cinco audiências de um total de 7.205 agendadas. O ICMBio não fez nenhuma. Ou seja, as multas ambientais no Brasil, que antes não eram pagas em sua maioria — porque os grandes infratores sempre recorriam —, nem sequer estão sendo cobradas.

Uma quarta ação, impetrada por sete partidos (PSB, PDT, Rede, PV, PT, Psol e PCdoB) em novembro, a ADPF nº 760, busca obrigar o governo a desengavetar imediatamente o PPCDAm, o plano contra o desmatamento que teve sucesso na década passada e que foi extinto extraoficialmente por Bolsonaro em seu segundo dia de mandato. A ação, considerada o maior litígio climático a entrar no STF, também pede que a meta de 2020 de limitar o desmatamento a 3.925 km² máximos seja cumprida em 2021.

5.4 Porteira no Conama

A Suprema Corte também fechou a porteira para a boiada que o ministro do Meio Ambiente tentou passar no Conama na reunião de 28 de setembro. Em decisão liminar, exatamente um mês após a reunião do conselho, a ministra Rosa Weber suspendeu o efeito da Resolução Conama nº 500/2020. Esta havia revogado, de baciada, três resoluções anteriores: a 284 (que regulava o licenciamento de empreendimentos de irrigação), a 303 (que estabelecia parâmetros para a proteção de restingas e manguezais) e a 302 (que estabelecia parâmetros de proteção em torno de reservatórios artificiais). A 303 havia sido revogada após pressão do setor imobiliário, que pretende ocupar espaços principalmente de restingas no litoral. Com a **decisão do STF**, os empresários terão de se adequar às normas existentes. Salles também.

5.5 Porteira na Mata Atlântica

Um símbolo importante do freio à passagem da boiada aconteceu em junho, quando o ministro do Meio Ambiente **revogou um ato baixado por ele mesmo** em abril que permitia cancelar multas por desmatamento na Mata Atlântica. O ato de abril se apoiava no Código Florestal para anistiar multas por desmatamento ocorridas até 2008. Ocorre que, no

caso da Mata Atlântica, bioma protegido por lei, o Ministério Público interpreta que o que vale é a Lei da Mata Atlântica, de 2006. O MPF entrou na Justiça e outras ações foram impetradas nos Estados da Mata Atlântica por organizações da sociedade civil. Era dessa reação que Salles reclamava na reunião ministerial quando disse que tudo o que o governo fazia era “pau no Judiciário no dia seguinte” e quando pediu à Advocacia-Geral da União que ficasse de “stand-by” para emitir pareceres que embasassem a “caneta” ministerial.

6. O QUE VEM POR AÍ EM 2021

6.1 Áreas protegidas

Em 2020 o governo Bolsonaro oficializou um plano anunciado desde a campanha eleitoral: fundir o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, possivelmente com a extinção do ICMBio. Um **Grupo de Trabalho** foi criado em outubro, com prazo de 120 dias para esta missão. O GT é formado por policiais militares e indicados políticos ligados à bancada ruralista, todos sem experiência de gestão em meio ambiente, **aponta** a Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente.

O orçamento para criação e gestão de unidades de conservação em 2021 caiu 61,5% na comparação com 2018, em mais um prego do governo Bolsonaro no caixão do ICMBio. O instituto homenageia em seu nome o seringueiro assassinado em 1988, por ordem de fazendeiros, no Acre.

O presidente do ICMBio nomeado por Salles é o coronel da PM Fernando Cesar Lorencini, um dos policiais **envolvidos** na invasão ao Pavilhão 9 do Carandiru em 1992, uma ação policial que deixou 111 mortos. Lorencini foi indiciado pelo espancamento de um preso, mas **teve seu processo suspenso em 1997**.

Em maio de 2019, o ministro do Meio Ambiente já havia anunciado a criação de outro Grupo de Trabalho para rever todas as 334 unidades de conservação federais (UCs) do país. Na ocasião, ele afirmou que UCs foram criadas “sem nenhum critério técnico” e defendeu mudanças – que dependem do Congresso – nas categorias de proteção e nos limites das reservas. Duas semanas após o anúncio, Salles afirmou que pretendia usar o Fundo Amazônia para indenizar fazendeiros que ocupam áreas protegidas.

As UC federais abrangem 9,3% do território e mais de 20% das águas marinhas. Na Amazônia, em muitos casos elas formam uma barreira que pode ser eficiente para conter o avanço da devastação, caso haja ações de fiscalização regulares.

Com o discurso contra a criação de UCs e as medidas para enfraquecer a fiscalização ambiental, o desmatamento explodiu nessas áreas: atingiu a marca de 1.100 km² em 2019 e 2020. Ou seja, cerca de 10% de todo o desmatamento na Amazônia ocorreu em áreas “protegidas” federais, que em geral abrigam as espécies mais valiosas de madeira nativa.

Em dois anos de governo, Bolsonaro foi o primeiro presidente desde a redemocratização do país a não criar nenhuma unidade de conservação.

Ele já defendeu diversas vezes a extinção da Estação Ecológica Tamoios, em Angra dos Reis, no litoral do Rio de Janeiro, onde foi multado em 2012 por pesca ilegal – o fiscal que multou Bolsonaro foi exonerado da Coordenação de Operações Aéreas do Ibama no início de 2019.

O objetivo do presidente é entregar a área para empresários do setor de turismo e transformá-la em “uma Cancún brasileira”. Criada por decreto presidencial em 1990, a reserva só poderia ser extinta e explorada comercialmente com a aprovação de uma lei no Congresso Nacional.

Em novembro de 2020, o presidente **voltou a criticar** as restrições ambientais na região, atribuídas por ele à “turma xiita ambiental”: “Turista, vá para a baía de Angra e ganhe uma multa. Se bem que melhorou bastante isso aí depois da nossa chegada.”

6.2 “Regularização” fundiária

O governo e a bancada ruralista não conseguiram votar no Congresso o PL 2.633, que substituiu a MP 910, a “MP da Grilagem”. Obra do secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia, a MP visava estender até 2018 o prazo para anistiar a ocupação irregular de terras públicas e permitia titular propriedades de até 1.500 hectares sem vistoria. A tentativa da bancada ruralista de votar a MP durante a pandemia, enquanto o Congresso funcionava em esquema emergencial, fracassou e a medida perdeu a validade em 12 de maio. No entanto, os ruralistas costuraram sua “ressurreição” na forma de um projeto de lei, do deputado Zé Silva (SDD-MG).

O PL 2.633 limitava o tamanho da área passível de vistoria expressa a 6 módulos fiscais (no máximo 600 hectares), contra o máximo de 4 módulos (400 ha) da lei atual. A ideia dos ruralistas é criar um precedente para a titulação de médias propriedades, que vão de 5 a 15 módulos fiscais. O **próprio Nabhan disse** após a queda da MP que o governo não concorda com a limitação a seis módulos. Ambientalistas temem que o plano do governo e da bancada seja botar o projeto em votação e aprovar emendas que devolvam a ampliação da anistia prevista na MP original. Ou apresentar uma nova MP para mudar a lei e afrouxar critérios, que reponha a MP derrotada. Tudo isso dependerá da nova presidência da Câmara.

6.3 Licenciamento ambiental

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, anunciou em dezembro o início das obras de **asfaltamento da BR-319 (Manaus-Porto Velho)**, apesar de não haver licença para um trecho de 405 km da estrada. Este trecho ainda está em análise no Ibama, mas a estratégia do governo é fazer a obra em pedaços, pela via infralegal.

Construída na década de 1970, durante a ditadura militar, a BR-319 nunca foi licenciada e acabou sendo engolida pela floresta. O eventual asfaltamento da estrada **ameaça** grande parte do que resta de floresta amazônica, ao conectar um dos trechos mais preservados do bioma com áreas sob pressão de desmatadores e grileiros no norte de Rondônia e sul do Amazonas.

Ao longo de 2019 e 2020, o Ministério do Meio Ambiente ignorou a discussão no Congresso da Lei Geral do Licenciamento, que vai definir as novas regras nacionais para licenças e estudos ambientais. Quem toca esse processo é o Ministério da Infraestrutura, que defende abertamente isenção de licenças e procedimentos por adesão e compromisso (sem estudos ambientais) até mesmo para casos complexos, entre outros retrocessos. Encomendado pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) e por setores da indústria, o texto mais recente da Lei Geral permite, por exemplo, que o Cadastro Ambiental Rural (CAR), feito por autodeclaração, tenha a validade de uma licença ambiental.

Em relação à exploração de petróleo, o governo tentou novamente em 2020 leiloar blocos em área próxima ao arquipélago de Abrolhos, no litoral da Bahia, mas não houve interessados. Essas áreas continuam disponíveis, mas estão sob **questionamento judicial** em razão do risco de graves impactos ambientais. Em outubro, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) foi obrigada pela Justiça Federal a informar aos interessados que a oferta estava judicializada. O leilão havia sido autorizado em 2019 pelo presidente do Ibama, que ignorou parecer técnico pedindo a retirada desses blocos.

6.4 Mineração em terras indígenas

O atual governo deu um passo importante no início de 2020 para avançar no projeto de destruição da Amazônia e exploração de terras indígenas. Em fevereiro, o presidente Jair Bolsonaro assinou um projeto de lei (PL 191/2020) para **liberar a mineração** e a geração de energia elétrica em terras indígenas (TIs). A medida, que vem sendo estudada pelo governo desde 2019, é fortemente criticada por entidades indígenas e ambientalistas. O projeto libera, entre outras coisas, o cultivo de organismos geneticamente modificados dentro de TIs, regulamenta a mineração - inclusive por meio de garimpos - e a exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos nestes locais. Prevê, também, que a mineração ocorra em “terras indígenas indicadas pelo Presidente da República” (artigo 3º, III). Isso significa que os empreendimentos podem acontecer, inclusive, em locais onde há presença de índios isolados. Atualmente, de acordo com a **Fundação Nacional do Índio (Funai)**, na Amazônia brasileira existem ao menos 100 grupos de indígenas isolados.

Um **estudo** realizado por pesquisadores brasileiros e australianos, que analisou os impactos ambientais do projeto, indicou que, se o PL for aprovado, uma área na Amazônia quase do tamanho da Venezuela pode ser devastada, resultando em prejuízos econômicos bilionários por ano. O levantamento indica que o projeto de lei ameaça cerca de 860 mil km² de floresta amazônica, cuja devastação impactaria cadeias produtivas e regime de chuvas, com efeitos negativos para outras regiões e para o agronegócio. No momento, o projeto está parado na mesa diretora da **Câmara dos Deputados**, aguardando a instalação de uma Comissão Especial para apreciação do documento.

Mesmo sem uma legislação, o governo autorizou dezenas de requerimentos de pesquisa e lavra garimpeira em terras indígenas na Amazônia. De acordo com levantamento do projeto **Amazônia Minada**, do InfoAmazonia, há mais de 3 mil requerimentos minerários sobrepostos a terras indígenas da Amazônia Legal tramitando no sistema da Agência Nacional de Mineração (ANM). Destes, 58 já foram autorizados. Os estados com mais autorizações foram Mato Grosso, com 22, e Pará, com 21.

6.5 Ameaças aos dados de desmatamento

Os planos do Cnal (Conselho Nacional da Amazônia Legal) revelados pela imprensa no segundo semestre de 2020 sugerem uma estratégia de tirar os dados de monitoramento da Amazônia do Inpe, que observa a floresta com satélites desde 1975 e mede sistematicamente a devastação desde 1988, e entregá-los às Forças Armadas. O Inpe não é citado nenhuma vez nos 60 objetivos estratégicos do Cnal. Ao contrário, todas as estratégias de monitoramento são atribuídas a órgãos militares, como o Censipam - na linha do que o vice-presidente Hamilton Mourão já havia declarado à imprensa no auge das queimadas em 2020, quando sugeriu falsamente a existência de “opositores” do

governo no Inpe divulgando dados negativos (ignorando que os dados de queimadas são públicos e atualizados diariamente na internet) e propôs a criação de uma agência militar para fazer o monitoramento.

A compra pelo governo, no apagar das luzes de 2020, sem licitação e num contrato colocado sob sigilo, de um sistema de monitoramento finlandês por R\$ 175 milhões para duplicar funções do Inpe, sugere que Mourão não desistiu da ideia de militarizar os dados da Amazônia. Nos 32 anos de existência do Prodes, o sistema criado em 1988 para dar a taxa oficial, vários governos ficaram insatisfeitos com os dados do Inpe, mas nenhum foi tão longe na tentativa de barrá-los.

6.6 Ameaças ao Código Florestal

Ao longo de dois anos do governo Bolsonaro, várias propostas foram produzidas no Congresso para enfraquecer a lei florestal brasileira, aprovada em 2012 com uma série de anistias. A mais escandalosa foi um projeto de lei apresentado em 2019 pelos senadores Márcio Bittar (MDB-AC) e Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) que simplesmente extinguiu a reserva legal. Em 2019 o Congresso também prorrogou indefinidamente o prazo de adesão ao Cadastro Ambiental Rural, o que significa que nenhum proprietário pode ser punido por desmatamentos irregulares no passado.

Várias propostas de enfraquecimento do código persistem no Parlamento. Seu futuro dependerá em grande medida da eleição da presidência da Câmara, em fevereiro. Embora nenhum dos candidatos seja ambientalista, o risco para o código cresce com a eleição de um candidato alinhado com o regime Bolsonaro.

6.7 Outros temas

Outros temas estão sob ameaça permanente, como a tentativa de alterar a legislação para permitir a caça de animais silvestres no país. O governo Bolsonaro já favoreceu indiretamente caçadores ao **ampliar a posse de armas em propriedades rurais**, com apoio da bancada da bala e de ruralistas. Até então, só era permitida a posse na sede das fazendas. Com a mudança, passou a valer em toda a extensão das terras. Na prática, a posse virou porte em zonas rurais.

Em dezembro, após articulação da bancada ruralista com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), foi aprovado projeto de lei que facilita a compra de terras no país por estrangeiros até o limite de 25% do território do município. Com discurso nacionalista, Bolsonaro **prometeu** vetar a medida, caso seja aprovada também na Câmara, ressalvando: “Aí o Congresso vai derrubar ou não o veto”.

No início de janeiro, um **estudo** das organizações Artigo 19, Imaflores e Instituto Socioambiental (ISA) evidenciou a queda da transparência e da participação social na política ambiental sob Bolsonaro. Atos como o plano do vice-presidente de controlar ONGs na Amazônia, as notificações judiciais movidas pelo ministro do Meio Ambiente contra ambientalistas, a paralisação de R\$ 2,9 bilhões do Fundo Amazônia e a afirmação do presidente de que não conseguiu “matar esse câncer” chamado ONG mostram o objetivo deste governo.

7. CONCLUSÃO

Para surpresa de ninguém, o governo eleito em 2018 sob a promessa de “acabar com o ativismo ambiental e fechar o ministério do meio ambiente” aprofundou em 2020 o desmonte das estruturas de proteção socioambiental do Estado brasileiro, num método cuja epítome é a frase que dá título a este relatório. Ao mesmo tempo, envidou um esforço de relações-públicas de resultados pífios ao entregar também a Amazônia - além da saúde, da articulação política e de diversas outras áreas da gestão estatal - aos militares. A boiada, porém, encontrou em seu caminho a resistência de instituições, da sociedade civil e da comunidade internacional.

Em 2021 essas duas forças - o desmonte promovido por um governo que frustra qualquer esperança de “normalização” e as barreiras institucionais a ele - serão testadas. No plano doméstico, a prova mais importante será a eleição para a presidência da Câmara, em fevereiro. Caso Jair Bolsonaro obtenha o controle da presidência daquela Casa legislativa, a enorme pauta antiambiental represada durante a presidência de Rodrigo Maia tende a avançar. No entanto, a ameaça que o controle bolsonarista do Legislativo representa para a democracia brasileira é tão grande que subjuga todas as demais, tornando o meio ambiente mais uma preocupação neste caso.

No plano internacional, o risco é que em 2021 a União Europeia ratifique o acordo de livre-comércio com o Mercosul mesmo na ausência de um plano para conter o desmatamento. A medida teria como efeito uma mensagem de tolerância ou mesmo aprovação da política antiambiental do governo Bolsonaro por parte dos europeus, e ainda poderia impulsionar uma perigosa escalada militar na Amazônia, delineada pelo Conselho da Amazônia, que inclui eliminar órgãos públicos civis, entregar o monitoramento aos militares, controlar os dados de desmatamento e reprimir a sociedade civil.

A agenda de clima deve ganhar maior impulso em 2021, com a retomada de encontros internacionais e a ampliação de espaços de debate sobre o tema. Os movimentos do governo eleito dos EUA sobre as mudanças do clima serão decisivos nesse sentido, já que Joe Biden parece firme no propósito de marcar sua administração pela guerra contra as emissões de carbono, e tem alavancas para forçar o Brasil a se enquadrar.

Assim como os Estados Unidos, a postura de grandes potências econômicas em relação à agenda climática, como o bloco europeu e a China, poderão exercer uma pressão importante sobre o governo brasileiro.

CRÉDITOS

Realização: Observatório do Clima // **Autores:** Felipe Werneck, Jaqueline Sordi, Suely Araújo e Claudio Angelo // **Edição:** Claudio Angelo, Felipe Werneck e Marcio Astrini // **Design:** Daniela Fontinele // **Capa:** Sandro Menezes